

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 082/2024
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 012/2024

O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, com sede na Av. Abílio Espíndola Sobrinho, nº 570, Jardim Seriema, inscrita no CNPJ sob o nº 01.988.914/0001-75, através do Prefeito Municipal e de sua Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio designados pelo Decreto Municipal n.º 035/2024, pelo presente, **torna público**, para o conhecimento dos interessados, que realizará **LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **“MENOR PREÇO POR “ITEM”**, para **REGISTRO DE PREÇOS (SRP)** que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 bem como suas posteriores alterações e Lei Complementar nº. 123/06 e suas posteriores alterações, sob as seguintes condições.

1 – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza urbana de vias públicas, roçada, podas em arvores e pintura de meio fios no âmbito urbano no município de Coronel Sapucaia/MS, conforme exigências constantes no Termo de Referência e Proposta de Preços, partes integrantes e inseparáveis deste Edital de Licitação.

1.2. A forma como a licitação está dividida pode ser verificada no **Anexo II** – Termo de Referência deste Edital.

2 – DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA

2.1. A sessão para recebimento dos envelopes contendo as propostas e documentação de habilitação ocorrerá em sessão pública, os quais deverão ser entregues no máximo até as **09h00min do dia 17 de julho de 2024** na sala de licitações, localizada na Avenida Abílio Espíndola Sobrinho, n.º 571, JD Siriema, Coronel Sapucaia (MS), CEP 79995-000.

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário;

2.3. A utilização da forma presencial da modalidade Pregão se justifica tendo em vista que o artigo 176 da Lei 14.133/2021 dá um prazo maior para os Municípios de até 20.000 (vinte) mil habitantes, como é o caso do Município de Coronel Sapucaia – MS, (..) Art. 176. Os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes terão o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei.

2.4. O Pregão será conduzido pela servidora Karin Zarate Araujo, com o apoio técnico e operacional da equipe de apoio conforme Decreto Municipal 035/2024.

2.4.1. Na ausência ou impedimento da Pregoeira designado no item 1.3, as atribuições de Pregoeira serão desempenhadas pela servidora Rafaelly Aparecida de Souza Silva, conforme § único do artigo 1º. do Decreto Municipal nº. 035/2024

2.5. Todas as referências de tempo no edital e no decorrer do procedimento, observarão obrigatoriamente o horário local do estado do Mato Grosso do Sul.

3 – DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A licitante vencedora será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com lances pelo PREÇO UNITÁRIO DO ITEM, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame os interessados:

4.1.1. que apresentarem o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social;

4.1.2. que atendam a todas as condições deste Edital e seus anexos.

4.1.3. O *Anexo II* – Termo de Referência indicará, se for caso, para quais itens a participação será exclusiva para microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.1.4. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.1.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou microempreendedores individuais e, quando for o caso, as equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do

recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação conforme o Art. 58 da Lei Federal 14.133/21.

- 4.1.1. A garantia da proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação;
- 4.1.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;
- 4.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;
- 4.1.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei Federal 14.133/21;

4.3. Não poderão disputar esta licitação:

- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do

edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 4.3.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.3.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio.
- 4.3.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Administração, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.3.11.** O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.
- 4.3.12.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a licitante a que se referem nas alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;
- 4.3.13.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 4.3.14.** O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;
- 4.3.15.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

- 4.3.16.** A vedação de que trata a alínea “h” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica

5 – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante deverá apresentar e protocolizar, na sala da Comissão Permanente de Licitação, até a data e horário estabelecidos neste edital, 2 (dois) envelopes não transparentes, lacrados e distintos, identificados como Envelope nº 1 – PROPOSTA, e Envelope nº 2 – DOCUMENTAÇÃO, contendo externamente, além da Razão Social, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 012/2024
SESSÃO DE ABERTURA: 17/07/2024
HORÁRIO: 09h00min
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA (Caso o envelope não seja identificado)

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 012/2024
SESSÃO DE ABERTURA: 17/07/2024
HORÁRIO: 09h00min
DENOMINAÇÃO DA EMPRESA (Caso o envelope não seja identificado)

5.2. A Licitante deverá atender a o enunciado no item 4.2 conforme Art. 58 da Lei Federal 14.133/21;

5.3. Será admitido o encaminhamento dos envelopes antecipadamente, mediante recebimento no Departamento de Compras e Licitações, desde que entregues de segunda a sexta-feira, em dias úteis, até a data e o horário estabelecidos para a sessão pública de abertura dos envelopes de proposta e documentação.

5.3.1. Nessa hipótese, os dois envelopes devidamente identificados deverão ser acondicionados em invólucro único, endereçado diretamente a Pregoeira, com a seguinte identificação:

À PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2024
SESSÃO EM 17/07/2024, ÀS 09:00 HORAS
MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS
Av. Abílio Espíndola Sobrinho, 570 – Centro
CEP 79.995-000 – Coronel Sapucaia (MS)

5.3.2. Além dos envelopes de proposta e habilitação, deverá ser encaminhada a documentação referente ao credenciamento da licitante, para que possa ser identificada a licitante que pretende participar do certame, pré-requisito imprescindível ao credenciamento tendo em vista a utilização do sistema de gestão que realiza a modalidade pregão.

5.3.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta, ficando a Administração isenta de qualquer responsabilidade sobre o não recebimento dos mesmos.

5.3.4. A Pregoeira procederá à identificação de cada preposto no início dos trabalhos, sendo aceito apenas um preposto para cada empresa

5.4. Para o Credenciamento

5.4.1. A licitante que se fizer presente na sessão, deverá se credenciar junto a Pregoeira mediante **somente um** representante legal, conforme instruções abaixo.

5.4.2. Apresentar o comprovante de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ), para fins de cadastramento da licitante junto ao sistema de gestão da Administração.

5.4.3. O Credenciamento do representante legal da licitante deverá obedecer a seguinte forma:

I – Caso o representante seja **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor** deverá apresentar Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação, ou **Carta de Credenciamento** (conforme modelo do **Anexo III**) assinada pelo representante legal da licitante cuja comprovação se fará por meio da apresentação do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso) e cópia de documento de identificação do credenciado; ou

II – **Instrumento Público de Procuração**, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).

b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempreendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.

c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

III – Instrumento Particular de Procuração, com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

a) se for concedido por **sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, esta condição deverá ser comprovada, através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial ou CCMEI (conforme subitens 8.2.1 ou 8.2.2 ou 8.2.3 – conforme o caso).

b) se for assinada por outra pessoa que **não seja sócio-gerente, diretor, empresário ou microempendedor**, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação se fará por meio dos documentos que comprovem tal condição.

c) deverá ser apresentada cópia do documento de identificação do representante autorizado na procuração.

5.5. O Credenciamento, juntamente com os documentos da sua comprovação, autenticados, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

5.6. Cada credenciado poderá representar licitantes distintas, desde que não participem do mesmo lote, ou seja, não sejam concorrentes, sob pena de desclassificação do referido lote.

5.6.1. O representante, munido de documento de identificação, deverá apresentar um credenciamento para cada licitante que irá participar do certame. Não será aceito um único credenciamento contemplando duas ou mais licitantes.

5.7. Tanto na Credencial como no Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

5.8. Comprovação de condição de ME/EPP/MEI

5.8.1. A licitante que pretender utilizar os benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar **Declaração** de que se enquadra como Microempresa – ME e/ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (modelo do **Anexo IV**), assinada por representante legal e por contador ou técnico em contabilidade da licitante **ou Declaração** de que se enquadra como Microempendedor Individual – MEI (modelo do **Anexo V**), assinada por representante legal da licitante.

5.8.1.1. Poderá ser apresentada a **Certidão Simplificada Digital** emitida pela Junta Comercial do Estado de origem da licitante, com validade máxima de 90 (noventa) dias, para comprovação do porte da empresa, em substituição à declaração do **Anexo IV**.

5.8.1.2. A possibilidade de participação de Microempreendedor Individual – CCMEI poderá ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre.

6.2. A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado e poderá ser apresentada no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta, devendo ser preenchida por meio eletrônico ou mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, **datada e assinada por representante legal da licitante**. A proposta deverá apresentar também a **razão social da licitante, o nº do CNPJ da licitante e o nome completo de seu signatário**.

6.2.1. No caso da licitante apresentar a proposta de preço em formulário próprio, deverá obedecer ao descritivo do lote, quanto à ordem, quantidade e características do mesmo.

6.2.2. Não será aceita proposta com valores ou quaisquer anotações preenchidas de forma manuscrita.

6.2.3. Juntamente com a proposta escrita, **DEVERÁ** ser entregue mídia digital (Pen Drive) o arquivo de proposta no formato Excel anexo ao edital, visando à agilidade do certame por facilitar o preenchimento das proposta, as licitantes poderão preencher a proposta e salvá-la em CD ou pen-drive, a proposta digital deverá ser entregue dentro do envelope de proposta, após isso o sistema irá importar todas as informações da proposta digital que serão conferidas com a proposta impressa, após a importação das informações, o CD ou Pen-drive será devolvido ao representante da licitante.

6.3. A licitante, para elaboração da proposta, deverá atender na íntegra o disposto no **Anexo I** – Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta e **Anexo II** – Termo de Referência.

6.4. A licitante deverá mencionar em sua proposta (Anexo I), a **MARCA** do item ofertado.

6.4.1. A licitante deverá ofertar apenas uma marca para o item

6.5. A proposta deverá conter **PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL DO LOTE OFERTADO**, ou seja, a soma das multiplicações das quantidades dos itens pelos respectivos preços

unitários (conforme as unidades e as quantidades mencionadas no **Anexo I**), **expresso em reais, com até 02 (duas) casas decimais para o valor global, à vista**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

6.6. Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado por item/lote.

6.7. As condições de prestação do referido objeto encontram-se no Termo de Referência – **Anexo II**, deste edital.

6.8. Nos preços propostos serão considerados todos os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, produtos, embalagens, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.9. Entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramentas, transporte de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.

6.10. Se o regime tributário da licitante implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da licitante nos últimos 12 (doze) meses.

6.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.12. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para o fornecimento e/ou a prestação dos serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte da licitante.

6.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Prazo mínimo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data designada para a entrega dos envelopes. Se na proposta não constar o prazo de validade, subentende-se 90 (noventa) dias.

6.14. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a adequá-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sendo aplicadas, também, as sanções previstas no item 15 deste edital.

6.15. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na proposta o seu endereço, e-mail e o número do telefone, conforme modelo do **Anexo I**.

6.16. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste edital.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E DESEMPATE DAS PROPOSTAS

7.1. No dia, hora e local, designados neste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, nos termos do item 5.3.

7.1.1. Decairão todos os direitos da licitante que devem ser exercidos pessoalmente, tais como, apresentar lances (inclusive quanto ao benefício de empate ficto previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006), esclarecer dúvidas e omissões da proposta, manifestar intenção de recurso, entre outros, caso a **licitante não enviar representante com credenciamento válido no momento da sessão pública e/ou ausentar-se da mesma a qualquer momento.**

7.2. Será desclassificada a proposta que:

- a)** contiver vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no **Anexo II** – Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

- a)** que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da

necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.6. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.7. Feito o credenciamento das licitantes presentes, a Pregoeira receberá os envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Documentação e procederá à abertura de todos os envelopes contendo a proposta e classificará o autor da proposta de menor preço, e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.8. Quando não forem verificadas, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.9. Será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelas licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

7.10. A Pregoeira convidará, individualmente, as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço e as demais, em ordem decrescente de preço.

7.10.1. No caso de equivalência dos valores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.11. Será permitido, ao representante presente, efetuar ligação telefônica para a empresa, no momento dos lances, para possibilitar uma melhor negociação de valores.

7.11.1. Não poderá ser utilizado telefone, além do citado no item acima, ou envio de mensagens durante a realização da sessão pública.

7.11.2. Uma vez que o representante da licitante, presente na sessão, é o credenciado da mesma para realizar todas as questões do certame, não pode haver interferência de pessoas não presentes na sessão que possam interferir nas decisões ali tomadas.

7.12. Os lances serão pelo **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM.**

7.13. Em relação a itens não exclusivos para participação das beneficiárias da Lei Complementar Federal nº 123/2006, no encerramento dos lances de cada lote, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, sendo assegurado, como critério do desempate, a preferência de contratação para as Microempresas – ME e/ou

Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, conforme o caso.

7.13.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas licitantes sejam superiores, em até, 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

7.14. Ocorrendo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a licitante beneficiada pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, detentora da proposta de menor valor, será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) se a licitante não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, igual direito às demais Microempresas – ME e/ou Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou Microempreendedores Individuais – MEI, remanescentes, no mesmo prazo citado no subitem anterior, conforme o caso.

7.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

7.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

a) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

b) desenvolvimento, pela licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Federal nº 11.430/2023;

c) desenvolvimento, pela licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.15.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado em que a Administração se localize;

b) empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187/2009.

7.16. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

7.16.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.16.2. A negociação será conduzida pela Pregoeira, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, depois de abertos os envelopes nº 1 – Proposta, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes do item 15 deste edital.

7.17. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.18. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.19. Sendo aceitável a proposta de menor preço do item/lote, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.20. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.

7.21. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes verificando a sua aceitabilidade, procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

7.22. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

7.23. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pela Pregoeira e pelos representantes credenciados, ficarão sob a guarda da Pregoeira, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão

previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos, na qual será recomendada a presença de todas as licitantes, **sob pena de decadência dos direitos das mesmas quanto a recursos.**

7.24. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todas as licitantes presentes.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação, deverá a licitante apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados.

8.1.1. Os documentos de habilitação, serão examinados pela Pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

8.1.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais e poderão ter a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

8.1.3. É recomendado às licitantes que apresentem os documentos encadernados ou fixos em pasta própria e numerados.

8.1.3.1. O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação da licitante.

8.1.3.2. Esta recomendação visa a segurança da licitante participante, uma vez que os documentos são repassados a todas as licitantes presentes, para conferência e rubrica.

8.1.4. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

8.1.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme inciso I e II do Art. 64, da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.6. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou

falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.2. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:

8.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou **Decreto de Autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, **em vigor**.

a) A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no subitem 8.2.1, devendo o mesmo vir acompanhado de todas as alterações **posteriores**, caso houver.

b) Ficará dispensada do documento solicitado nos itens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3, a licitante que já o tiver apresentado, no presente certame, para fins de comprovação junto ao credenciamento.

8.2.2. Registro Comercial e Cédula de Identidade, no caso de empresa individual.

8.2.3. Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), no caso de MEI – Microempreendedor Individual.

a) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada no item 2.4.2 do **Anexo II** – Termo de Referência.

8.2.4. Declaração conjunta de atendimento às condições deste edital, conforme modelo do **Anexo VI**, assinada por representante legal da licitante, constando, no mínimo:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;

b) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;

c) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;

d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência

e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

f) que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;

g) que não possuímos em nosso funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Documentos relativos à **Habilitação Fiscal e Trabalhista:**

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**)

8.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de **Certidão Conjunta** de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 003 de 22/11/2005.

8.3.3. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual** da sede da empresa ou outra prova equivalente, na forma da lei.

8.3.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, em vigor, conforme legislação tributária do Município expedidor da empresa que ora se habilita para este certame.

8.3.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

8.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), conforme Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

8.3.7. A licitante que se enquadrar no regime diferenciado e favorecido, previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06, e que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, disposto no item 8.3.1 a 8.3.5 deste edital, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento

ou parcelamento do débito, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da sessão pública que a declarar detentora da melhor oferta.

8.3.7.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3.7.2. O benefício de que trata o subitem 8.3.6 deste edital, não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal, ainda que apresentem alguma restrição.

8.3.7.3. A não regularização da documentação, no prazo, implicará na inabilitação do licitante sem prejuízo das penalidades prevista neste edital.

8.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.4.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor ou pelos cartórios de registro da falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da sede da pessoa jurídica, com data não anterior a 60 (sessenta) dias da realização da licitação ou se extraída por meio da internet com sua respectiva validade.

- a) As empresas que, eventualmente, estejam em processo de Recuperação judicial, deverão apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que se encontram aptas econômica e financeiramente a participar de certames licitatórios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento, devendo a certidão mencionada no *caput*, ser emitida pelos órgãos do Poder Judiciário onde se localiza a sede da pessoa jurídica.

8.5. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

8.5.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços compatíveis em quantidade, prazo e características semelhantes a cada item do objeto da licitação, conforme Termo de Referência.

- a) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- b) Poderão ser apresentados quantos atestados forem necessários a comprovação da execução de serviços compatíveis e pertinentes ao

objeto do presente;

8.6. A Pregoeira poderá consultar a regularidade das licitantes junto aos seguintes cadastros:

a) CNIA – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, no endereço eletrônico:
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

b) CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

c) CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no endereço eletrônico:
<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

8.7. A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

8.8. As declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da licitante, especificado no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhadas de **Procuração** ou **Credenciamento** que conceda poderes ao signatário.

8.9. A falsidade das declarações sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

8.10. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à **matriz** ou à **filial (razão social e CNPJ)** da licitante que ora se habilita para este certame licitatório, exceto para os itens 8.3.1, 8.3.5 e 8.4.1. Entretanto, será aceito para efeito de habilitação, documentos emitidos (para os itens 8.3.1 e 8.3.5) em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.

8.11. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e depois de examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitadas aquelas licitantes cuja documentação apresente irregularidades.

8.12. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número do telefone.

9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DO VALOR ESTIMADO

9.1. A Pregoeira considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO**, sendo que o lote será adjudicado conforme disposto no item 12 deste edital.

9.2. O julgamento dos itens terá como base a média do orçamento prévio, constante na fase preparatória.

9.3. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

10 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo enviar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) licitacaocoronelsapucaia@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Av. Abílio Espíndola Sobrinho, 570, centro, em Coronel Sapucaia/MS, no Paço Municipal.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no seguinte correio eletrônico (e-mail) licitacaocoronelsapucaia@gmail.com.

10.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

10.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.8. Nas impugnações serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11 – DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b)** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- c)** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferida a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.9. O recurso poderá ser realizado por forma eletrônica, pelo correio eletrônico (e-mail) licitacaocoronelsapucaia@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, Av. Abílio Espíndola Sobrinho, 570, centro, em Coronel Sapucaia/MS, no Paço Municipal.

11.10. Os recursos serão dirigidos à Assessoria Jurídica, e aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos, se for o caso, por intermédio da Pregoeira, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

11.11. As respostas e os julgamentos referentes ao procedimento licitatório estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.sistemasbds.com.br/transparencia/sapucaia>, juntamente com cópia

digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, **sendo de responsabilidade exclusiva da licitante** a obtenção ou consulta desses documentos.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, se houverem, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

12.2. Em caso de revogação ou anulação parcial do certame, a Administração poderá aproveitar as propostas nos termos não atingidos pela revogação ou anulação e na estrita observância aos critérios de julgamento previstos neste edital e na Lei Federal nº 14.133/2021.

13 – DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

13.1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, contado da data de convocação feita, pela Administração.

13.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.1.2. A Ata de Registro de Preços a ser assinada terá como base a minuta integrante deste edital conforme o **Anexo VII**.

13.2. A assinatura do contrato poderá ser realizada conforme o determinado a Lei de Contratos Públicos.

14 – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até **20 (vinte) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contato.

14.2. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente, em nome da licitante vencedora, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento

por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

14.3. A licitante vencedora deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro único da Administração durante toda a vigência do contrato.

14.4. A Administração reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

14.5. Será de integral responsabilidade da licitante vencedora o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados e os valores recebidos.

14.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo a licitante vencedora destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 044/2023, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

14.7. A licitante vencedora regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.8. Para receber o pagamento, deverá:

a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor da Administração e contendo o número do contrato;

b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente;

14.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a licitante vencedora deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

14.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela licitante vencedora para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

14.11. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria licitante vencedora, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

14.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo

servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal da licitante vencedora.

14.13. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte da licitante vencedora.

14.14. É vedado à licitante vencedora transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes desta licitação.

14.15. A critério da Administração, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.

14.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido à licitante vencedora, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

14.17. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão contratual.

14.18. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, a licitante vencedora será notificada para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

14.19. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, a depender de justificativa apresentada pela licitante vencedora.

14.20. Persistindo a irregularidade, a Administração adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

14.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão do contrato, caso a licitante vencedora não regularize sua situação.

14.22. Será rescindido o contrato em execução com a licitante vencedora irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Administração.

14.23. A licitante vencedora não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

14.24. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e a Administração compensará a licitante vencedora com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

14.25. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.26. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

14.27. Para fins de pagamento, a licitante vencedora, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora.

14.28. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão desta Administração.

15 – DAS SANÇÕES

15.1. A licitante vencedora que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor.

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

15.1.2. MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela Administração, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

I – para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de

preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;
- b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

II – para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

- a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;
- b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

III – para inconformidade **GRAVE**:

- a) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;
- c) será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

VI – para inconformidade **GRAVÍSSIMA**:

- a) será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do

fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;

b) será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

c) quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

15.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;

c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

15.1.4. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Municipal pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando a licitante:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;

b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;

f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

15.1.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.2. Será facultada à licitante vencedora, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Edital.

15.3. As multas e seu pagamento não eximirão a licitante vencedora de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

15.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

16 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3. Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos à licitação participantes retardatários.

16.4. Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, as licitantes ou seus representantes credenciados, a Pregoeira e equipe de apoio.

16.5. Em caso de paralisação (greve) dos servidores de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer esfera de Poder (Legislativo, Executivo e Judiciário), que impeça a expedição de documentos oficiais, a habilitação da licitante ficará condicionada à apresentação do documento que não pôde ser apresentado na data da abertura dos envelopes do certame, em até 5 (cinco) dias úteis após encerramento da greve.

16.6. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.7. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e representantes das licitantes.

16.8. Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 20 (vinte) minutos do horário previsto.

16.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação da Pregoeira em sentido contrário.

16.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

16.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.13. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Dep. de Compras e Licitações da Secretaria Municipal da Administração, pelo telefone (67) 3483-1142, nos dias úteis, no horário das 7h às 13h00min, com a Pregoeira ou equipe de apoio.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site da Administração, no endereço eletrônico <https://www.sistemasbds.com.br/transparencia/sapucaia> concomitantemente com cópia digital dos documentos gerados no decorrer do certame.

16.15. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.16. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente edital serão sanados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, juntamente com a Assessoria Jurídica, obedecida

a legislação vigente.

16.17. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Coronel Sapucaia/MS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.18. Faz parte deste Edital:

- Anexo I - Formulário Padrão para Preenchimento de Proposta;
- Anexo II - Termo de Referência;
- Anexo III - Modelo de Credenciamento;
- Anexo IV - Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo V - Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo VI - Modelo de Declaração Conjunta de Atendimento às Condições deste Edital;
- Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo VIII - Minuta de Contrato.

Coronel Sapucaia/MS, 03 de Julho de 2024.

CELSO RICARDO MACIEL FERREIRA
Secretária Municipal de Infraestrutura

ANEXO I
PROPOSTA DE PREÇOS

ÓRGÃO LICITANTE:		PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA/MS	
PROCESSO/MODALIDADE:		TIPO DE JULGAMENTO:	
0082/2024 - PREGÃO Nº 0012/2024		MENOR PREÇO POR ITEM	
OBJETO:			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE VIAS PÚBLICAS, ROÇADA, PODAS EM ARVORES E PINTURA DE MEIO FIOS NO AMBITO URBANO NO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.			
PROPONENTE:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE/FAX:	
DADOS PARA PAGAMENTO (BANCO/AGÊNCIA/CONTA):		VALIDADE DA PROPOSTA:	
E-MAIL:		LOCAL E DATA:	

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO	MARCA OFERTADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	1	37218	LIMPEZA URBANA	SERV	1,000	121.633,84		0,00	0,00
VALOR TOTAL								R\$ 0,00	

<p>Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições contidas no Edital da presente Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2024, bem como verifiquei todas as especificações nele contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte. Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto e que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.</p>	
NOME E ASSINATURA	CARIMBO CNPJ

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. TEM POR OBJETO ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE VIAS PÚBLICAS, ROÇADA, PODAS EM ARVORES E PINTURA DE MEIO FIOS NO AMBITO URBANO NO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Esta contratação se justifica pela necessidade de realização de atividades diárias de limpeza de vias e locais públicos possibilitando a população um ambiente saudável e harmônico, inibindo o acúmulo de resíduos ao longo das vias que possam dificultar o trânsito de veículos e pedestres, obstruir a drenagem de águas pluviais, ou favorecer a proliferação de insetos, vetores e roedores. Ressalta-se que os serviços de limpeza urbana, tais como pintura de meios-fios e podas de árvores em logradouros públicos são considerados serviços essenciais, sendo a prestação destes uma obrigação do poder público. Entre os serviços mais comumente realizados pelo poder público, cita-se a pintura de meios-fios e guias; roçado manual de áreas públicas gramadas, poda anual de árvores localizadas em logradouros públicos. Portanto, considerando que o custo da manutenção de um quadro funcional efetivo na prefeitura, da aquisição e manutenção de materiais que garantam a execução das atividades se torna mais oneroso e menos eficiente do que a terceirização dos serviços se opta pela terceirização destes, garantindo a manutenção da cidade limpa.

2.2. Portanto, a realização da referida contratação é de suma importância para solução e continuidade na prestação dos relevantes serviços públicos prestados por parte Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS.

3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Para a aquisição deste objeto está sendo empregada a modalidade de licitação denominada **PREGÃO PRESENCIAL**, a qual observará os preceitos de direito público e, em especial as disposições da Lei Federal nº. 14.133 de 2021, e suas alterações, Lei Complementar nº. 123/2006 e outras normas aplicáveis à espécie, dessa forma podemos dar mais oportunidade para o comércio local.

3.2. A adjudicação do objeto se dará pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

4. DO PREÇO

4.1. Estimam-se o valor do objeto desta licitação em **R\$ 1.459.606,08 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos e seis reais e oito centavos).**

4.2. Cada concorrente deverá computar no preço que cotará todos os custos diretos e indiretos, compreendendo os impostos, taxas, fretes, seguros e as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que sujeito.

5. DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da contratação dos serviços do presente Termo de Referência correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 82, da Lei Federal n.º 14.1330/21.

6. DAS INFORMAÇÕES

6.1. As informações inerentes a esta Licitação poderão ser obtidas, pelos interessados, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura de Coronel Sapucaia/MS, estando disponível para atendimento de Segunda a Sexta-feira, das 07h00min às 11h00min, na Rua Abílio Espíndola Sobrinho, 570, Jardim Seriema, telefone (067) 3483-1144 e pelo endereço eletrônico licitacaocoronelsapucaia@gmail.com.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

7.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme prevê inciso XIII, do art. 6º da Lei nº14.133/2021, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado.

7.3. Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida por pregão presencial, o que trará ampla participação de interessadas que fará com que o preço a ser contratado se aproxime ao valor de mercado. Assim, a contratação será feita com preços compatíveis ao praticado no mercado.

7.4. As especificações foram analisadas pelos requisitantes que as consideram essenciais, à contratação sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, assegurando que as informações não são excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, não limitando ou frustrando a competição ou sua realização (art. 9º, I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021).

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA

8.1. Por se tratar de um objeto a ser entregue de forma parcelada e por não ser possível determinar com exatidão a quantidade a ser consumida, a utilização do sistema de registro de preços se mostra a mais eficaz para atender a administração municipal.

8.2. Assim, para fornecimento do objeto do presente instrumento será formalizada uma Ata de Registro de Preços, estabelecido em suas cláusulas todas às condições, obrigações e responsabilidade entre as

partes, em conformidade com o Edital de licitação, este Termo de Referência e a Proposta da empresa vencedora.

8.3. A ata de registro de preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos devidos à **Contratada** serão depositados em conta corrente, pela Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS, em **até 30 (trinta) dias**, após o fornecimento dos serviços, de acordo com a especificação e quantidade constante neste Termo de Referência, e mediante a apresentação das notas fiscais/faturas devidamente atestadas e vistas por servidor da Administração Municipal, com as devidas requisições.

9.2. Para pagamento, a empresa deverá apresentar a nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues devidamente atestada, de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS e conter o número do contrato correspondente, a quantidade, o preço unitário e o total dos serviços expressos em reais.

9.3. Além da nota fiscal e/ou fatura dos serviços entregues as empresas deverão apresentar e manter atualizados (durante a validade do contrato) os seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal da sede do licitante;
- b) Certidão Negativa de Débito junto a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- c) Certidão Negativa de Débitos Gerais junto a Fazenda Municipal da sede do licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT, emitida através do site do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.gov.br, conforme Lei n.º 12.440/2011.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Constituem obrigações da **Contratada**, além das demais previstas no Contrato ou dele decorrentes:

- a) Entregar dos serviços, objeto desta licitação, no prazo proposto e em conformidade com as especificações e quantidades exigidas neste Termo de Referência;
- b) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela legislação;
- c) Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos, taxas e fretes que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- d) Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;

- e) Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- f) Responder perante o Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto desta licitação;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;
- h) Instruir o fornecimento do objeto do Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da ordem de serviço;
- i) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- j) Não transferir em hipótese alguma o instrumento contratual a terceiros;
- k) Se responsabilizar pela substituição, dos serviços que, porventura, forem entregues com qualquer incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do Contratante:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- b) Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- c) Proporcionar condições para a boa consecução do objeto desta licitação;
- d) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- e) Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- f) Fiscalizar o presente Contrato através do órgão ou funcionário competente;
- g) Acompanhar a execução dos serviços prestados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.

12. DO REAJUSTE

12.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei Federal n.º 14.133/21.

12.2. No caso de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, quanto a possíveis aumentos, a contratada deverá solicitá-lo formalmente a Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS, devidamente

acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do município para o devido parecer.

13. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização será exercida pela CONTRATANTE, por meio de servidor devidamente designado pela Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS.

14. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

14.1. Os serviços deverão ser executados na área urbana do município de Coronel Sapucaia/MS, nos locais indicados nas ordens de serviço emitidas pela Administração.

14.2. Independentemente da quantidade solicitada a contratada estará obrigada a atender a todas as ordens de serviços expedidas durante a vigência do contrato, sempre obedecendo as datas e os horários estipulados nas Ordens de Serviço.

14.3. O Município reserva-se no direito de indicar os serviços a serem executados pela contratada, definidos neste Termo de Referência (Será desenvolvido um roteiro de serviços pela Secretaria de Obras, podendo ser alterados com informação prévia de 24h). Os serviços deverão ser executados mensalmente, no período diurno com carga horária de 08 (oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira e aos sábados das 08h até às 12h, ou seja, 04 (quatro) horas diárias. (Inclusive nos feriados).

14.4. As chamadas acontecerão de acordo com a NECESSIDADE do Município e nos LOCAIS por ele indicados, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras.

14.5. As solicitações dos serviços serão realizadas pela Contratante, por meio de ordem de serviço emitidas pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS. As ordens de serviço deverão conter a identificação da unidade requisitante, indicação expressa do número do contrato, do número da licitação, do número do processo, a identificação da Contratada, a especificação dos itens, as quantidades, datas e horários e endereço de entrega.

14.6. As ordens de serviço serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, preferencialmente por correio eletrônico.

14.7. Em caso de intempéries que impeçam a execução de determinado serviço, a empresa deverá apresentar um cronograma para reposição e continuidade dos trabalhos.

14.8. O não cumprimento do disposto no item 14.3 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital.

14.9. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos, caso este não seja executado de maneira visivelmente satisfatória, que será determinado por escrito através de relatório do fiscal de serviços públicos. A forma de rejeição será a notificação formal, e posterior suspensão do pagamento.

14.10. Será considerada impróprio e recusado, todo o serviço que não atender os padrões de qualidade esperados e exigidos em contrato.

- 14.11.** A contratada obriga-se a permitir, em qualquer tempo, visitas técnicas a serem realizadas pelos Técnicos ou fiscal de contrato, para esclarecimentos de dúvidas ou questionamentos que possa surgir durante a vigência do contrato.
- 14.12.** Todos os serviços deverão ser executados e entregues dentro dos prazos e se caso for, em regime de urgência devido a necessidade ou sob o princípio do interesse público.
- 14.13.** Os serviços que apresentarem qualquer tipo de problema deverão ser refeitos pelo fornecedor.
- 14.14.** A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, através dos técnicos encarregados e do Fiscal de Contrato, designado a acompanhar a entrega dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive sobre os prazos e condições das entregas.
- 14.15.** Os Serviços de Limpeza Urbana do Município deverão ser executados através de equipe padrão, com fornecimento de mão-de-obra, EPI's e materiais, incluindo coleta de lixo, limpeza de meios-fios, pinturas de meios-fios, roçadas e podas em arvores no perímetro urbano da cidade.
- 14.16.** Para a execução dos serviços a empresa vencedora deverá fornecer mão-de-obra e equipamentos para limpeza pública dos serviços de roçada, pintura de meio-fio, limpeza de bueiros, no perímetro urbano compreendido neste Termo de Referência.
- 14.17.** Os serviços de roçada, deverão eliminar a vegetação rasteira, ou seja, capins e ervas daninhas das vias e logradouros públicos, utilizando-se as ferramentas necessárias para melhor execução dos trabalhos, bem como o recolhimento dos resíduos gerados.
- 14.18.** Os serviços de pintura de meio-fio e faixa de pedestres serão aplicados, por meio de pistola com compressor, devendo ser pintadas com a devida tinta, nos cordões de proteção das calçadas, de forma contínua, na cor branca, realçando a limpeza, permitindo a melhoria visual, objetivando a segurança de pedestres quanto de motoristas, a pintura deverá ser executada imediatamente após os serviços de roçada.
- 14.19.** A contratada deverá fornecer aos trabalhadores empregados na execução do contrato, uniformes (compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado), observando o disposto na legislação vigente, bem como equipamentos de segurança em quantidade e especificações condizentes com a atividade a ser desempenhada no município de Coronel Sapucaia/MS, observando o disposto na legislação vigente.
- 14.20.** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança (EPI e ECP) que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 14.21.** Competira á contratada a admissão de funcionários e demais operários necessários ao desempenho dos serviços, correndo por sua conta também os encargos sociais, seguros, uniformes, vestuários, equipamentos de segurança individual e coletivos e demais exigências das leis trabalhistas.
- 14.22.** A empresa contratada deverá possuir todos os veículos, máquinas, ferramentas e equipamentos necessários para a correta execução dos serviços e deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação durante todo o prazo de vigência do contrato.
- 14.23.** Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

15. DAS ESPECIFICAÇÕES E VALOR REFERÊNCIA E TOTAL

DIMENSIONAMENTO VARRIÇÃO

DADOS:

Extensão total das vias urbanas pavimentadas	A	38,70	km
Extensão total de varrição	$B = A \times 2$	77,4	km
Produtividade*	C	0,75	km/h/colaborador
Periodicidade da varrição	D	2	vezes/semana
Carga Horária Semanal	E	44	h
Tempo de mobilização de equipamentos e deslocamento	F	0,5	h/dia
Horas produtivas/ semana	$G = E - (F \times 6)$	41	h/semana
Horas produtivas para varrer um setor	$H = G/D$	20,5	h/setor
Produtividade semanal/colaborador	$I = G \times C$	30,75	km/semana/colaborador

DIMENSIONAMENTO SETORES:

Quantidade de colaboradores	$J = B/(C \times H)$	5	nº colaboradores
Quantidade de setores	$K = J$	1	nº setores

DIMENSIONAMENTO POR SETOR:

Dias de execução do serviço	Extensão das vias (km)	Extensão da varrição (km)	Extensão total percorrida (km/semana)
	L	$M = L \times 2$	$N = M \times D$
Segunda a sábado	38,70	77,40	154,80
Total	38,70	77,40	154,80

*De acordo com o IBRAOP a produtividade de cada colaborador corresponde de 2 à 6 km/dia, o que corresponde a uma produtividade de 0,25 à 0,75 km/h/colaborador. Adotaremos 0,75 km/h/colaborador.

DIMENSIONAMENTO VARRIÇÃO

Setor	Quantidade necessária de colaboradores para varrear toda a extensão do setor em um dia	Quantidade de equipes	Quantidade total de colaboradores
	$O = N/l$	P	$Q = O \times P$
1	5,00	1	5
Total	5,00	1	5

Quantidade total de colaboradores:	5
------------------------------------	---

Varrição total mensal (km)	619,2
----------------------------	-------

DIMENSIONAMENTO ROÇADA

DADOS:

Área total a ser roçada	A	178.210,00	m ²
Frequência bimestral de limpeza	B	0,5	vez/mês
Produtividade*	C	261,82	m ² /h/colaborador
Carga Horária Semanal	D	44	h
Tempo de mobilização de equipamentos e deslocamento entre áreas	E	2,5	h/dia

DIMENSIONAMENTO:

Horas produtivas/ semana	$F = D - (E \times 6)$	29	h/semana
Produtividade semanal/colaborador	$G = F \times C$	7.592,78	m ² /semana/colaborador
Quantidade necessária de operadores de roçadeira	$H = A / (G \times 4)$	3	operadores
Quantidade total de colaboradores**	$I = H + (H/3) \times 2$	5	colaboradores
Quantidade de Equipamentos (roçadeira)	$J = H$	3	equipamentos
Equipes	$K = H/3$	1	equipes
Total de ajudantes	$L = (H/3) \times 2$	2	ajudantes

REFERÊNCIAS:

DADOS	
Área roçada m ² /hora/colaborador	261,82
Volume de resíduos m ³ /dia/colaborador	3,3
Unidades de sacos de 100 L	33

*Será utilizado o valor levantado in loco de um município com as mesmas características de Coronel Sapucaia.

**Equipe composta por 3 operadores de roçadeira + 2 apoio.

DIMENSIONAMENTO PODA

DADOS:

Quantidade de indivíduos arbóreos	A	250	unidades
Frequência trimestral de poda, logo	B	0,33	vezes/mês
Volume de resíduos por indivíduos arbóreo ¹ em 1 poda	C	0,97	m ³
Carga Horária Semanal	D	44	h
Tempo de mobilização de equipamentos e deslocamento ²	E	2,5	h/dia
Produtividade ¹	F	0,88	m ³ /h/colaborador

DIMENSIONAMENTO:

Volume total de resíduos	$G = A \times C$	242,00	m ³
Volume mensal de resíduos	$H = B \times G$	80,67	m ³
Horas produtivas/ semana	$I = D - (E \times 6)$	29	h/semana
Produtividade semanal/colaborador	$J = F \times I$	25,52	m ³ /semana/colaborador
Quantidade necessária de equipes	$K = H / (J \times 4)$	1	equipes
Quantidade total de colaboradores ³	$L = K \times 2$	2	colaboradores

REFERÊNCIAS:

DADOS	
Volume médio de resíduos de poda por dia (m ³ /dia/colaborador)	4,84
Quantidade de podas por dia/colaborador	5,00
Volume estimado de resíduos por poda (m ³)	0,97
Tempo de mobilização e deslocamento por poda (min/equipe)	30
Tempo total de deslocamento e mobilização (h/equipe)	2,5
Produtividade (m ³ /hora/equipe)	0,88

¹Será utilizado o valor levantado in loco de um município com as mesmas características de Coronel Sapucaia.

²Tempo de mobilização refere-se ao deslocamento e preparação dos equipamentos (veículo, escada, etc.) entre cada uma das árvores a serem podadas.

³Equipe composta por 1 operador de roçadeira + 1 apoio

DIMENSIONAMENTO CAIAÇÃO

DADOS:

Extensão total das vias	A	38,70	km
Extensão total de meio fio	$B = A \times 2$	77,40	km
Produtividade ¹	C	10	m ² /h/colaborador
Periodicidade trimestral da caiação	D	0,33	vezes/mês
Carga Horária Semanal	E	44	h
Tempo de mobilização de equipamentos e deslocamento	F	0,5	h/dia
Horas produtivas/ semana	$G = E - (F \times 6)$	41	h/semana
Área de pintura total	$H = (B \times 1000) \times 0,25$	19.350,00	m ²
Área de pintura mensal	$I = H \times D$	6.450,00	m ²
Produtividade semanal/colaborador	$J = G \times C$	410	m ² /semana/colaborador

DIMENSIONAMENTO:

Extensão da via (km)	Extensão do meio fio (km)	Área de pintura total (m ²)	Área de pintura mensal (m ²)	Pintores	Colaboradores ²
K	L	$M = (L \times 1000) \times 0,25$	$N = M \times D$	$O = N / (J \times 4)$	$P = O + (O/2)$
38,70	77,40	19.350,00	6.450,00	4	6
Total	77,40	19.350,00	6.450,00	4	6

Total ajudantes: 2

Total de equipes: 2

¹Produtividade SICRO: 100m²/h para uma equipe com 10 colaboradores.

²Equipe composta por 2 pintores + 1 apoio.

RESUMO DOS SERVIÇOS

Serviços	Extensão abrangida		Produtividade por colaborador		Carga horária produtiva diária (h)	Total de colaboradores Un	Equipes Un
	Unidade	Valor	Unidade	Valor			
Varição	Km/semana	154,80	Km/hora	0,75	41	5	1
Roçada	m ² /semana	7.592,78	m ² /hora	261,82	29	5	1
Poda	Unidade/mês	250	m ³ /hora	0,88	29	2	1
Caiação	m ² /mês	6.450,00	m ² /hora	10	41	6	2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CUSTOS MENSIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

VARRIÇÃO

A Quantidade de equipes

B Quantidade de colaboradores

Item	Durabilidade (meses)	Quantidade disponível por colaborador (un)		Quantidade disponível mensal (un)	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)
	C	D		E = D/C	F	G = E x F
Lutocar	30	D = B	5,00	0,17	R\$ 1.177,78	R\$ 196,30
Vassourão com cabo	6	D = B	5,00	0,83	R\$ 31,68	R\$ 26,40
Pá com cabo	6	D = B	5,00	0,83	R\$ 57,42	R\$ 47,85
Saco plástico (200L) ¹	1	D = B x 22 x 6	550,00	550,00	R\$ 1,54	R\$ 849,64

H Total Varrição

I Total por colaborador

¹Consideraremos 5 sacos de 200 L por dia/colaborador. Fonte: Manual para análise dos serviços de limpeza urbana e resíduos sólidos, 2017.

CUSTOS MENSIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

ROÇADA

A Quantidade de equipes

B Quantidade de colaboradores

C Quantidade de sacos de lixo de 100 L utilizados por dia/ colaborador¹

Item	Durabilidade (meses)	Quantidade disponível por total ² (un)		Quantidade disponível mensal (un)	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)
	D	E		F = D/E	G	H = F x G
Saco plástico (200L)	1	$E = (A \times 3) \times (C/2) \times 22$	1089,00	1089,00	R\$ 1,54	R\$ 1.682,29
Roçadeira	36	E = A x 3	3,00	0,08	R\$ 971,26	R\$ 80,94
Pá com cabo	6	E = A x 2	1,00	0,17	R\$ 68,12	R\$ 11,35
Rastelo com cabo	6	E = A x 2	1,00	0,17	R\$ 46,58	R\$ 7,76
Soprador	36	E = A x 2	1,00	0,03	R\$ 757,63	R\$ 21,05
Tela	3	E = A x 2	1,00	0,33	R\$ 49,10	R\$ 16,37

I Total Roçada

J Total por equipe

¹Será utilizado o valor levantado in loco em um município com as mesmas características de Coronel Sapucaia.

²Equipe composta por 3 operadores de roçadeira + 2 apoio, por esse motivo as equipes são multiplicadas por 2 e 3, 2 quando o equipamento for para os ajudantes e 3 para os operadores de roçadeira.

CUSTOS MENSIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

PODA DE ÁRVORES E ARBUSTOS

A Quantidade de equipes

B Quantidade de colaboradores

C Volume médio de resíduos de poda por dia (m³/dia/colaborador)¹

Item	Durabilidade (meses)	Quantidade disponível total (un)		Quantidade disponível mensal (un)	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)
	D	E		F = D/E	G	H = F x G
Big Bag (1 m ³)	1	E = A x C	4,00	4,00	R\$ 80,03	R\$ 320,13
Podador de Galhos	36	E = A	1,00	0,03	R\$ 851,71	R\$ 23,66
Soprador	36	E = A	1,00	0,03	R\$ 757,63	R\$ 21,05
Tesoura de poda	36	E = A	2,00	0,06	R\$ 58,96	R\$ 3,28
Escada articulada	36	E = A	2,00	0,06	R\$ 597,60	R\$ 33,20

I Total Poda de Árvores e Arbustos

J Total por equipe

¹Valor levantado in loco em um município com as mesmas características de Coronel Sapucaia.

CUSTOS MENSAIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

CAIAÇÃO DE MEIO-FIO

A Quantidade de equipes	2,00
B Quantidade de colaboradores	6,00
C Consumo de cal (kg/m²) ¹	0,20
D Consumo de fixador (l/m²) ¹	0,00375
E Área de pintura mensal (m²)	6.450,00

Item	Durabilidade (meses)	Quantidade disponível total ² (un)		Quantidade disponível mensal (un)	Valor unitário (R\$)	Valor mensal (R\$)
	F	G		H = F/G	I	J = H x I
Broxa	1	G = A x 2	4,00	4,00	R\$ 12,23	R\$ 48,93
Cabo para Brocha	6	G = A x 2	4,00	0,67	R\$ 19,13	R\$ 12,76
Balde 20 litros	6	G = A x 2	4,00	0,67	R\$ 27,63	R\$ 18,42
Escova de Aço	6	G = A x 2	4,00	0,67	R\$ 14,56	R\$ 9,70
Tambor para água	12	G = (A x 2) x 2	8,00	0,67	R\$ 297,00	R\$ 198,00
Cal hidratado (kg)	1	G = C x E	1.290,00	1.290,00	R\$ 0,98	R\$ 1.257,75
Vassourão com cabo	6	G = A x 2	4,00	0,67	R\$ 31,68	R\$ 21,12
Fixador de Cal (L)	1	G = D x E	25,00	25,00	R\$ 2,15	R\$ 358,33
Carrinho de mão	36	G = A x 2	4,00	0,11	R\$ 254,11	R\$ 188,23

K Total Caição de meio-fio	R\$ 2.113,25
L Total por equipe	R\$ 1.056,63

¹Fonte: DNIT, 2005.

²Equipe composta por 2 pintores + 1 apoio, por esse motivo, alguns itens são multiplicados por 2.

CUSTOS MENSAIS COM EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

RESUMO DOS SERVIÇOS

Serviço	Total de Colaboradores	Total de Equipes	Valor mensal total (R\$)
Varição	5	1	R\$ 1.120,19
Roçada	5	1	R\$ 1.819,75
Poda	2	1	R\$ 401,31
Caição	6	2	R\$ 2.113,25
Total			R\$ 5.454,51

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE

Equipe	
Serviço	Total de Colaboradores
Varição	5
Roçada	5
Poda	2
Caição	6
Motorista	1
Total	19

1. Salário Base							
Profissional	Serviço	Salário Base (R\$) (STEAC/MS-2023)	Adicional de Insalubridade	Encargos Sociais (%) - SINAPI	Reserva Técnica (%)	Direitos e Benefícios (VR) (STEAC/MS-2023)	Salário Total A+B+(A*C)+(A+B)*D +E
		A	B	C	D	E	
Varredor	Varição	R\$ 1.492,02	R\$ 596,81	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.534,26
Roçador de áreas verdes	Roçada	R\$ 1.736,40	R\$ 694,56	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 4.059,09
Ajudante de Roçador de Áreas Verdes	Roçada	R\$ 1.553,11	R\$ 621,24	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.665,46
Podador de árvores e arbustos	Poda	R\$ 1.736,40	-	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.347,17
Ajudante de Podador de árvores e arbustos	Poda	R\$ 1.553,11	-	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.028,68
Pintor de meio-fio (caição)	Caição	R\$ 2.041,88	-	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.877,97
Ajudante de pintor de meio-fio (caição)	Caição	R\$ 1.383,67	-	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 2.734,26
Motorista	Geral	R\$ 2.102,98	-	71,26%	2,50%	R\$ 330,00	R\$ 3.984,14

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE

2.EPis

Item	Quantidade anual (un/colab)	Quantidade mensal/equipe	colaboradores	Preço Medio do item	Valor mensal individual (R\$)	Valor mensal - Equipe (R\$)
Calçado antiderrapante	6	3	5	R\$ 69,06	R\$ 34,53	R\$ 172,66
Camisa de brim	6	3	5	R\$ 72,89	R\$ 36,45	R\$ 182,23
Calça de brim	6	3	5	R\$ 77,07	R\$ 38,54	R\$ 192,68
Colete Refletor	3	2	5	R\$ 31,78	R\$ 7,95	R\$ 39,73
Bonê legionário	3	2	5	R\$ 151,92	R\$ 37,98	R\$ 189,90
Capa de Chuva	3	2	5	R\$ 39,99	R\$ 10,00	R\$ 49,99
Luva de Raspa	16	7	5	R\$ 20,70	R\$ 27,60	R\$ 137,98
Total EPis Varrição					R\$ 193,03	R\$ 965,17

Item	Quantidade anual (un/colab)	Quantidade mensal/equipe	colaboradores	Preço Medio do item	Valor mensal individual (R\$)	Valor mensal - Equipe (R\$)
Calçado antiderrapante	6	2,5	5	R\$ 69,06	R\$ 34,53	R\$ 172,66
Camisa de brim	6	2,5	5	R\$ 72,89	R\$ 36,45	R\$ 182,23
Calça de brim	6	2,5	5	R\$ 77,07	R\$ 38,54	R\$ 192,68
Colete Refletivo	3	1,25	5	R\$ 31,78	R\$ 7,95	R\$ 39,73
Protetor Solar	12	5	5	R\$ 23,34	R\$ 23,34	R\$ 116,68
Óculos de segurança	6	2,5	5	R\$ 3,99	R\$ 1,99	R\$ 9,97
Bonê árabe com protetor facial	3	1,25	5	R\$ 68,63	R\$ 17,16	R\$ 85,78
Avental	6	2,5	5	R\$ 43,08	R\$ 21,54	R\$ 107,70
Protetor Auricular	12	5	5	R\$ 2,09	R\$ 2,09	R\$ 10,45
Luva de Raspa	12	5	5	R\$ 20,70	R\$ 20,70	R\$ 103,48
Total EPis Roçada					R\$ 204,27	R\$ 1.021,36

Item	Quantidade anual (un/colab)	Quantidade mensal/equipe	colaboradores	Preço Medio do item	Valor mensal individual (R\$)	Valor mensal - Equipe (R\$)
Calçado antiderrapante	6	1	2	R\$ 69,06	R\$ 34,53	R\$ 69,06
Camisa de brim	6	1	2	R\$ 72,89	R\$ 36,45	R\$ 72,89
Calça de brim	6	1	2	R\$ 77,07	R\$ 38,54	R\$ 77,07
Protetor Solar	12	2	2	R\$ 23,34	R\$ 23,34	R\$ 46,67
Óculos de segurança	6	1	2	R\$ 3,99	R\$ 1,99	R\$ 3,99
Bonê árabe com protetor facial	3	1	2	R\$ 68,63	R\$ 17,16	R\$ 34,31
Avental	6	1	2	R\$ 43,08	R\$ 21,54	R\$ 43,08
Protetor Auricular	12	2	2	R\$ 2,09	R\$ 2,09	R\$ 4,18

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE

Luva de Raspa	12	2	2	R\$ 20,70	R\$ 20,70	R\$ 41,39
Total EPis Poda					R\$ 196,33	R\$ 392,65

Item	Quantidade anual (un/colab)	Quantidade mensal/equipe	colaboradores	Preço Medio do item	Valor mensal individual (R\$)	Valor mensal - Equipe (R\$)
Calçado antiderrapante	6	3	6	R\$ 69,06	R\$ 34,53	R\$ 207,19
Camisa de brim	6	3	6	R\$ 72,89	R\$ 36,45	R\$ 218,68
Calça de brim	6	3	6	R\$ 77,07	R\$ 38,54	R\$ 231,21
Colete Refletivo	3	2	6	R\$ 31,78	R\$ 7,95	R\$ 47,68
Bonê legionário	3	2	6	R\$ 151,92	R\$ 37,98	R\$ 227,89
Luva de Raspa	16	8	6	R\$ 20,70	R\$ 27,60	R\$ 165,57
Protetor Solar	12	6	6	R\$ 23,34	R\$ 23,34	R\$ 140,02
Total EPis Caiçação					R\$ 206,37	R\$ 1.238,23

Item	Quantidade anual (un/colab)	Quantidade mensal/equipe	colaboradores	Preço Medio do item	Valor mensal individual (R\$)	Valor mensal - Equipe (R\$)
Calçado antiderrapante	6	1	1	R\$ 69,06	R\$ 34,53	R\$ 34,53
Camisa de brim	6	1	1	R\$ 72,89	R\$ 36,45	R\$ 36,45
Calça de brim	6	1	1	R\$ 77,07	R\$ 38,54	R\$ 38,54
Total EPis Motorista					R\$ 109,51	R\$ 109,51

Total EPIS R\$ 3.726,93

3.Exames médicos

Variável	Preço (R\$)	Quantidade/Colaborador	Valor mensal individual	Valor mensal - Equipe (R\$)
Avaliação clínica	R\$ 35,00	1	R\$ 2,92	R\$ 14,58
Glicemia em jejum	R\$ 10,00	1	R\$ 0,83	R\$ 4,17
EEG	R\$ 50,00	1	R\$ 4,17	R\$ 20,83
ECG	R\$ 55,00	1	R\$ 4,58	R\$ 22,92
Raio X coluna Lombo Sacra	R\$ 55,00	1	R\$ 4,58	R\$ 22,92
Total Varrição			R\$ 17,08	R\$ 85,42

Item	Preço (R\$)	Quantidade/Colaborador	Valor mensal individual	Valor mensal - Equipe (R\$)
Avaliação clínica	R\$ 35,00	1	R\$ 2,92	R\$ 14,58
Glicemia em jejum	R\$ 10,00	1	R\$ 0,83	R\$ 4,17
EEG	R\$ 50,00	1	R\$ 4,17	R\$ 20,83
ECG	R\$ 55,00	1	R\$ 4,58	R\$ 22,92
Raio X coluna Lombo Sacra	R\$ 55,00	1	R\$ 4,58	R\$ 22,92

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE							
Total Roçada				R\$	17,08	R\$	85,42
3.3. Poda							
Avaliação clínica	R\$	35,00	1	R\$	2,92	R\$	5,83
Glicemia em jejum	R\$	10,00	1	R\$	0,83	R\$	1,67
EEG	R\$	50,00	1	R\$	4,17	R\$	8,33
ECG	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	9,17
Raio X coluna Lombo Sacra	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	9,17
Total Poda				R\$	17,08	R\$	34,17
3.4. Caiação							
Avaliação clínica	R\$	35,00	1	R\$	2,92	R\$	17,50
Glicemia em jejum	R\$	10,00	1	R\$	0,83	R\$	5,00
EEG	R\$	50,00	1	R\$	4,17	R\$	25,00
ECG	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	27,50
Raio X coluna Lombo Sacra	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	27,50
Total Caiação				R\$	17,08	R\$	102,50
3.5. Motorista							
Avaliação clínica	R\$	35,00	1	R\$	2,92	R\$	2,92
Glicemia em jejum	R\$	10,00	1	R\$	0,83	R\$	0,83
EEG	R\$	50,00	1	R\$	4,17	R\$	4,17
ECG	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	4,58
Raio X coluna Lombo Sacra	R\$	55,00	1	R\$	4,58	R\$	4,58
Total Motorista				R\$	17,08	R\$	17,08
Total Exames Médicos				R\$		R\$	324,58

4.Treinamentos							
4.1. Varrição							
Variável	Preço (R\$)	Quantidade/Colaborador	Valor mensal individual	Valor mensal - Equipe (R\$)			
Uso de EPI	R\$	5,00	1	R\$	5,00	R\$	25,00
Total Varrição			R\$	5,00	R\$	25,00	
4.2. Roçada							
Uso de EPI	R\$	5,00	1	R\$	5,00	R\$	25,00
ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE							
Total Roçada				R\$	5,00	R\$	25,00
4.3. Poda							
Uso de EPI	R\$	5,00	1	R\$	5,00	R\$	10,00
Total Poda				R\$	5,00	R\$	10,00
4.4. Caiação							
Uso de EPI	R\$	5,00	1	R\$	5,00	R\$	30,00
Total Caiação				R\$	5,00	R\$	30,00
4.5. Motorista							
Uso de EPI	R\$	5,00	1	R\$	5,00	R\$	5,00
Total Motorista				R\$	5,00	R\$	5,00
Total Treinamentos				R\$		R\$	95,00

5.Documentos de Segurança							
5.1. Varrição							
Variável	Preço (R\$)	Quantidade/Colaborador	Valor mensal individual	Valor mensal - Equipe (R\$)			
PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)	R\$	90,00	1	R\$	90,00	R\$	37,50
PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$	80,00	1	R\$	80,00	R\$	33,33
Laudo de insalubridade	R\$	110,00	1	R\$	110,00	R\$	45,83
Total Varrição			R\$	280,00	R\$	116,67	
5.2. Roçada							
PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)	R\$	90,00	1	R\$	90,00	R\$	450,00
PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$	80,00	1	R\$	80,00	R\$	400,00
Laudo de insalubridade	R\$	110,00	1	R\$	110,00	R\$	550,00
Total Roçada				R\$	280,00	R\$	1.400,00
5.3. Poda							
PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)	R\$	90,00	1	R\$	90,00	R\$	180,00
PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$	80,00	1	R\$	80,00	R\$	160,00
Laudo de insalubridade	R\$	110,00	1	R\$	110,00	R\$	220,00

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE				
5.4. Caiação		Total Poda	R\$ 280,00	R\$ 560,00
PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)	R\$ 90,00	1	R\$ 90,00	R\$ 540,00
PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$ 80,00	1	R\$ 80,00	R\$ 480,00
Laudo de insalubridade	R\$ 110,00	1	R\$ 110,00	R\$ 660,00
Total Caiação			R\$ 280,00	R\$ 1.680,00
5.5. Motorista				
PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos)	R\$ 90,00	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional)	R\$ 80,00	1	R\$ 80,00	R\$ 80,00
Laudo de insalubridade	R\$ 110,00	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
Total Motorista			R\$ 280,00	R\$ 280,00
Total Documentos e Segurança				R\$ 4.036,67
Total Custos Indiretos: Exames Médicos + Treinamentos + Documentos de Segurança			R\$	4.456,25

6. Custos com Profissional					
Profissional	Serviço	Salário	EPIs	Custos Indiretos	Total
		A	B	C	A+B+C
Varredor	Varrição	R\$ 3.534,26	R\$ 193,03	R\$ 302,08	R\$ 4.029,38
Roçador de áreas verdes	Roçada	R\$ 4.059,09	R\$ 204,27	R\$ 302,08	R\$ 4.565,45
Ajudante de Roçador de Áreas Verdes	Roçada	R\$ 3.665,46	R\$ 204,27	R\$ 302,08	R\$ 4.171,81
Podador de árvores e arbustos	Poda	R\$ 3.347,17	R\$ 196,33	R\$ 302,08	R\$ 3.845,58
Ajudante de Podador de árvores e arbustos	Poda	R\$ 3.028,68	R\$ 196,33	R\$ 302,08	R\$ 3.527,09
Pintor de meio-fio (caiação)	Caiação	R\$ 3.877,97	R\$ 206,37	R\$ 302,08	R\$ 4.386,43
Ajudante de pintor de meio-fio (caiação)	Caiação	R\$ 2.734,26	R\$ 206,37	R\$ 302,08	R\$ 3.242,72
ESTIMATIVA DE CUSTOS COM EQUIPE					
Motorista	Geral	R\$ 3.984,14	R\$ 109,51	R\$ 302,08	R\$ 4.395,73

7. Custos com Equipes					
Profissional	Serviço	Nº de colaboradores	Salário total individual	Salário Total colaboradores	Custos Total com Equipes
		A	B	A*B	
Varredor	Varrição	5	R\$ 4.029,38	R\$ 20.146,90	R\$ 20.146,90
Roçador de áreas verdes	Roçada	3	R\$ 4.565,45	R\$ 13.696,35	R\$ 22.039,98
Ajudante de Roçador de Áreas Verdes	Roçada	2	R\$ 4.171,81	R\$ 8.343,63	
Podador de árvores e arbustos	Poda	1	R\$ 3.845,58	R\$ 3.845,58	R\$ 7.372,67
Ajudante de Podador de árvores e arbustos	Poda	1	R\$ 3.527,09	R\$ 3.527,09	
Pintor de meio-fio (caiação)	Caiação	4	R\$ 4.386,43	R\$ 17.545,70	R\$ 24.031,15
Ajudante de pintor de meio-fio (caiação)	Caiação	2	R\$ 3.242,72	R\$ 6.485,44	
Motorista	Geral	1	R\$ 4.395,73	R\$ 4.395,73	R\$ 4.395,73
Total com Equipes					R\$ 77.986,43

CUSTOS FIXOS MENSAIS COM VEÍCULOS

Veículo para transporte de colaboradores: Fiat Ducato Minibus 2.3 ME Diesel, Ano 2016 (código fipec: 001285-8).
Veículo para transporte de equipamentos: Chevrolet MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX 8V 2p, Ano 2016 (código fipec: 004370-2).

Fiat Ducato Minibus 2.3 ME Diesel, Ano 2016

Depreciação Chassi			
Variável		Unidade	Valor
Valor de aquisição do veículo	A	R\$	R\$ 111.405,00
Valor residual	B = A x 20%	R\$	R\$ 22.281,00
Vida útil	C	mês	180
Depreciação Chassi	D = (A-B)/C	R\$/mês	R\$ 495,13

Investimento médio			
Variável		Unidade	Valor
Valor inicial do bem	E = A	R\$	R\$ 111.405,00
Tempo restante de vida útil	F = C/12	anos	84
Investimento médio	G = [(E-B)x(F+1)/2xF]+B	R\$	R\$ 67.373,50

Remuneração de capital			
Variável		Unidade	Valor
Taxa de juros do mercado	H	%aa	12,25%
Remuneração de capital mensal	I = (G x H)/12	R\$/mês	R\$ 687,77

IPVA			
Variável		Unidade	Valor
Alíquota do IPVA	J	%	3,0%
IPVA	K = (A x J)/12	R\$/mês	R\$ 278,51

Seguros			
Variável		Unidade	Valor
Cotação Seguro	L	R\$/ano	R\$ 6.391,88

CUSTOS FIXOS MENSAIS COM VEÍCULOS

Custo mensal com seguro	M = L/12	R\$/mês	R\$ 532,66
--------------------------------	-----------------	----------------	-------------------

Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV)			
Variável		Unidade	Valor
CRVL	N	R\$/ano	R\$ 338,94
Custo mensal com CRVL	O = N/12	R\$/mês	R\$ 28,25

Limpeza do veículo			
Variável		Unidade	Valor
Cotação de Lavagem Completa	P	R\$/mês	R\$ 350,00
Custo mensal com Lavagem	Q = P/12	R\$/mês	R\$ 350,00

Custos Fixos Mensais	R = D + I + K + M + O + Q	R\$/mês	R\$ 2.372,32
-----------------------------	----------------------------------	----------------	---------------------

Chevrolet MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX 8V 2p, Ano 2016

Depreciação Chassi			
Variável		Unidade	Valor
Valor de aquisição do veículo	A	R\$	R\$ 46.804,00
Valor residual	B = A x 20%	R\$	R\$ 9.360,80
Vida útil	C	mês	180
Depreciação Chassi	D = (A-B)/C	R\$/mês	R\$ 208,02

Investimento médio			
Variável		Unidade	Valor
Valor inicial do bem	E = A	R\$	R\$ 46.804,00
Tempo restante de vida útil	F = C/12	anos	84
Investimento médio	G = [(E-B)x(F+1)/2xF]+B	R\$	R\$ 28.305,28

Remuneração de capital			
Variável		Unidade	Valor
Taxa de juros do mercado	H	%aa	12,25%
Remuneração de capital mensal	I = (G x H)/12	R\$/mês	R\$ 288,95

CUSTOS FIXOS MENSAIS COM VEÍCULOS

IPVA			
Variável		Unidade	Valor
Alíquota do IPVA	J	%	3,0%
IPVA	$K = (A \times J)/12$	R\$/mês	R\$ 117,01

Seguros			
Variável		Unidade	Valor
Cotação Seguro	L	R\$/ano	R\$ 1.743,00
Custo mensal com seguro	$M = L/12$	R\$/mês	R\$ 145,25

Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV)			
Variável		Unidade	Valor
CRVL	N	R\$/ano	R\$ 338,94
Custo mensal com CRVL	$O = N/12$	R\$/mês	R\$ 28,25

Limpeza do veículo			
Variável		Unidade	Valor
Cotação de Lavagem Completa	P	R\$/mês	R\$ 150,00
Custo mensal com Lavagem	$Q = P/12$	R\$/mês	R\$ 150,00

Custos Fixos Mensais	$R = D + I + K + M + O + Q$	R\$/mês	R\$ 937,47
-----------------------------	---	----------------	-------------------

Custos Fixos Mensal Veículo Colaboradores	R\$/mês	R\$ 2.372,32
--	----------------	---------------------

Custos Fixos Mensal Veículo Equipamentos	R\$/mês	R\$ 937,47
---	----------------	-------------------

Custos Fixos Mensal Total	R\$/mês	R\$ 3.309,79
----------------------------------	----------------	---------------------

CUSTOS VARIÁVEIS COM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Fiat Ducato Minibus 2.3 ME Diesel, Ano 2016 (código fiipe: 001285-8).
Chevrolet MONTANA LS 1.4 ECONOFLEX 8V 2p, Ano 2016 (código fiipe: 004370-2).

Combustível por km				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Consumo médio do veículo	A	L/km	0,10	0,11
Preço do combustível	B	R\$/L	R\$ 6,34	R\$ 5,98
Custo com combustível por km	$C = A \times B$	R\$/km	R\$ 0,63	R\$ 0,66

Combustível Mensal				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Distância percorrida no mês	D	km	106,00	106,00
Custo com combustível mensal	$E = C \times D$	R\$/mês	R\$ 66,54	R\$ 69,66

Óleos, filtros e lubrificantes				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Custo com lubrificação mensal	$F = E \times 10\%$	R\$/mês	R\$ 6,65	R\$ 6,97

Manutenção				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Valor de aquisição do veículo	G	R\$	R\$ 111.405,00	R\$ 46.804,00
Coefficiente de manutenção	H	-	0,9	0,9
Vida útil	I	mês	84	84
Custo com manutenção	$J = (G \times H)/I$	R\$/mês	R\$ 1.193,63	R\$ 501,47

Pneus por km rodado				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Cotação Pneu Novo	K	R\$	R\$ 795,94	R\$ 307,45
Cotação da câmara de ar nova	L	R\$	R\$ 61,68	R\$ 54,17
Cotação do protetor de pneus (novo)	M	R\$	R\$ 299,25	R\$ 99,90
Quantidade de pneus no veículo	N	unidade	5,00	5,00
Cotação de recauchutagem	O	R\$	R\$ 350,00	R\$ 280,00
Vida útil do pneu novo	P	km	30.000,00	30.000,00
Vida útil do pneu recauchutado	Q	km	20.000,00	20.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CUSTOS VARIÁVEIS COM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Valor de pneus e recauchutagem por km rodado	$R = \frac{\{[1,2*(K+L+M)*N] + (O*N)\}}{(P+Q)}$	R\$/km	R\$ 0,17	R\$ 0,08
--	---	--------	----------	----------

Pneus mensal				
Variável		Unidade	Ducato	Montana
Preço mensal de pneus e recauchutagem	$S = D \times R$	R\$/mês	R\$ 18,43	R\$ 8,84

Total Custos Variáveis Mensais - veículo	$T = E + F + J + S$	R\$/mês	R\$ 1.285,24	R\$ 586,93
---	---------------------	---------	--------------	------------

Equipamentos:

Combustível						
Variável		Unidade	Roçadeira	Podador	Soprador p/roçada	Soprador p/poda
Consumo médio	A	L/Hora	1,00	1,00	1,00	1,00
Preço do combustível	B	R\$/L	5,89	5,89	5,89	5,89
Horas produtivas mensal	C	Horas	125,67	125,67	12,57	12,57
Quantidade de equipamentos por mês	D	unidade	1,00	1,00	1,00	1,00
Custo mensal com combustível	$E = A \times B \times C \times D$	R\$/mês	R\$ 740,18	R\$ 740,18	R\$ 74,02	R\$ 74,02

Manutenção						
Variável		Unidade	Roçadeira	Podador	Soprador p/roçada	Soprador p/poda
Cotação do equipamento	F	R\$	R\$ 971,26	R\$ 851,71	R\$ 757,63	R\$ 757,63
Coefficiente de manutenção	G	-	0,8	0,8	0,8	0,8
Vida útil do equipamento	H	mês	36	36	36	36
Custo mensal com manutenção	$I = (F \times G)/H$	R\$/mês	R\$ 21,58	R\$ 18,93	R\$ 16,84	R\$ 16,84

Total Custos Variáveis Mensais - equipamentos	$J = E + I$	R\$/mês	R\$ 761,76	R\$ 759,10	R\$ 90,85	R\$ 90,85
--	-------------	---------	------------	------------	-----------	-----------

CUSTOS VARIÁVEIS COM VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

	Ducato	Montana
Total Custos Variáveis Mensais - Veículo	R\$ 1.285,24	R\$ 586,93

Veículo	Custos Variáveis Mensais
Fiat Ducato Minibus 2.3 ME Diesel, Ano 2016	R\$ 1.285,24
Chevrolet Montana LS 1.4 Econoflex 8V 2p, Ano 2016	R\$ 586,93
Total Custos Variáveis com Veículos	R\$ 1.872,18

Equipamentos	Quant. Total de equipamentos	Custos Variáveis Mensais
Roçadeira	3	R\$ 2.285,28
Podador de galhos	1	R\$ 759,10
Soprador de folhas	4	R\$ 363,42
Total Custos Variáveis com Equipamentos		R\$ 3.407,80

Total Custos Variáveis mensal (veic+equip)	R\$ 5.279,98
---	---------------------

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Custo com Recursos Humanos							
Variável	Unidade	Quantidade	Salário Base	Encargos Sociais (%) - SINAPI	Reserva Técnica (%)	Direitos e Benefícios (VR) (STEAC/MS-2023)	Valor Total
Encarregado de serviços administrativos - STEAC/2024	R\$	1	R\$ 2.242,15	71,26%	2,5%	R\$ 330,00	R\$ 4.225,96
Auxiliar Administrativo - Nível 2 (STEAC/2024)	R\$	1	R\$ 1.734,16	71,26%	2,5%	R\$ 330,00	R\$ 3.343,28
Total	R\$	2	R\$				7.569,24

Custos Administrativos		
Variável	Unidade	Valor
Locação de imóvel	R\$	R\$ 800,00
Energia	R\$	R\$ 150,00
Água	R\$	R\$ 80,00
Telefone + Internet	R\$	R\$ 120,00
Serviços (manutenção e limpeza)	R\$	R\$ 150,00
Mobiliário e materiais administrativos	R\$	R\$ 200,00
Total	R\$	R\$ 1.500,00

Custos totais com ADM Local (R\$/mês)	R\$ 9.069,24
--	---------------------

CÁLCULO BDI

BDI (PROC-IBR-RSU 008/2017)		
Variável	Unidade	Valor
Administração Central	%	5,08%
Seguros e garantias	%	1,33%
Riscos	%	1,27%
Despesas financeiras	%	0,00%
Lucro	%	10,85%
Impostos	%	6,14%
BDI Total	%	27,17%

RESUMO DOS CUSTOS COM OS SERVIÇOS

1. Custos com Equipe

Serviço	Valor total/ mês
Varrição	R\$ 20.146,90
Roçada	R\$ 22.039,98
Poda	R\$ 7.372,67
Caiação	R\$ 24.031,15
Motorista	R\$ 4.395,73
Total Mensal	R\$ 77.986,43

2. Custos Fixos com Veículos

Custos Fixos	Valor total/ mês
Veículo p/ colaboradores	R\$ 2.372,32
Veículo p/ equipamentos	R\$ 937,47
Total Mensal	R\$ 3.309,79

3. Custos Variáveis com Veículos e Equipamentos

Custos Variáveis	Valor total/ mês
Veículos	R\$ 1.872,18
Equipamentos	R\$ 3.407,80
Total Mensal	R\$ 5.279,98

4. Custos com Administração Local

Custos ADM Local	Valor total/ mês
Recursos Humanos	R\$ 7.569,24
Administrativos	R\$ 1.500,00
Total Mensal	R\$ 9.069,24

5. BDI

BDI Total (%)	27,17%
----------------------	---------------

6. Custo Total com os Serviços

Total mensal	R\$ 121.633,84
---------------------	-----------------------

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Se no decorrer da execução do objeto do presente Termo ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a CONTRATADA, caso seja convocada no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta dispensa de licitação, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, conforme as sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) Será considerado a natureza e a gravidade da infração cometida;
- f) As peculiaridades do caso concreto;
- g) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- h) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- i) Multa não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas;
- j) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura referente ao mês em que for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência;
- k) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato ou Nota de Empenho, quando for constatada a reincidência no descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência;
- l) Pelo atraso injustificado na entrega dos cobertores/mantas, multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) incidente sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, a ser cobrada pelo período máximo de 30 (trinta) dias. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a contratação poderá ser anulada;
- m) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, nos casos de anulação da contratação por culpa da CONTRATADA;

16.2. A multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo Município.

16.3. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura ou de crédito existente no Município, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

16.4. As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.5. Não será aplicada multa se, **justificada e comprovadamente**, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.

16.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS ALTERAÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

17.1. Este Termo de referência poderá sofrer alterações até a data de divulgação publicação do instrumento convocatório, a fim de fornecer corretamente os dados para a apresentação da proposta comercial, bem como, para se adequar às condições estabelecidas pela legislação vigente.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. O(s) servidor(es) responsável(eis) pela fiscalização do contrato poderá(ão) solicitar sua rescisão do contrato à autoridade competente, caso constate(m) a ocorrência reiterada de descumprimento contratual, assegurado o direito de defesa à CONTRATADA.

18.2. A Administração da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS elege a Comarca de Coronel Sapucaia - MS, como competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente instrumento, no concernente as questões relativas a incidentes que se fundamentem em caso fortuito ou força maior.

Coronel Sapucaia (MS), 03 de julho de 2024.

CELSO RICARDO MACIEL FERREIRA
Secretária Municipal de Infraestrutura

ANEXO III
CRENCIAMENTO

(Razão social da licitante) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____ com o fim específico de representar a outorgante perante o Município de Coronel Sapucaia no presente Pregão Presencial, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante

Outorgado

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

(Razão social da licitante) _____, através de seu Responsável Legal e Contador, declara, sob as penas da lei, que:

a) enquadra-se na situação de:

() Microempresa; **ou**

() Empresa de Pequeno Porte;

b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a XI, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico contábil da licitante.

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue à Pregoeira fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

(Razão social da licitante) _____, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- a) enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- b) o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1º e § 2º, da Lei Complementar nº 123/06;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma Lei;
- d) possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- e) exerce tão-somente atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN no 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(data)

(representante legal)

LEMBRETE: *Essa declaração deverá ser entregue à Pregoeira fora dos envelopes de proposta e documentação,*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES**

juntamente com o Credenciamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ANEXO VI
DECLARAÇÃO CONJUNTA DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DESTE EDITAL

(Razão social da licitante) _____, através de seu responsável legal, declara, sob as penas da lei, DECLARA

- a)** que está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos;
- b)** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição da República;
- c)** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição da República;
- d)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e)** que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- f)** que não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- g)** que não possuímos em nosso funcionário que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Administração ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos da legislação que disciplina a matéria, inciso IV do Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2024

(representante legal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ANEXO VII

Minuta: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2024
VALIDADE 12 (doze) meses

EMENTA: Ata de Registro de Preços que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA (MS) e a empresa

_____.

ADMINISTRAÇÃO: O O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, com sede na Av. Abílio Espíndola Sobrinho, nº 570, Jardim Seriema, inscrita no CNPJ sob o nº 01.988.914/0001-75, representando neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **Rudi Paetzold**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 076.535 SSP/MT e CPF n.º 175.320.001-68, residente e domiciliado na Rua Benigno Vasconcelos, nº 765, bairro Centro, na cidade de Coronel Sapucaia/MS.

FORNECEDOR: A empresa _____, com sede na Rua _____, nº ____, bairro _____, CEP: _____, na cidade de _____/__, telefone (__) _____, CNPJ nº _____, representada neste ato por seu _____ (qualificação), inscrito no CPF nº _____, com endereço na Rua _____, nº ____, na cidade de _____/_____.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 012/2024, Processo nº 082/2024, bem como, das normas da Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, firmam a presente Ata de Registro de Preços mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tempor objeto o Registro de Preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE VIAS PÚBLICAS, ROÇADA, PODAS EM ARVORES E PINTURA DE MEIO FIOS NO AMBITO URBANO NO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, conforme especificações constantes no Anexo I desta Ata, Edital e no Termo de Referência que a precedeu, quantidades, preços, órgãos participantes e fornecedor indicado abaixo:

1.2. FORNECEDOR:

Empresa:

CNPJ:	Telefone:
-------	-----------

Endereço:

Contato:	E-mail:
----------	---------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

1.3. Órgãos Participantes:

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito;

1.4. Órgão Coordenador / Gerenciador:

Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Compras e Licitações.

1.5. Descrição, quantidades e preços dos materiais:

Lote	Item	Especificação	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
---	---	Material	---	---		

1.6. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA II – DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota fiscal e liquidação da despesa, observando a ordem cronológica para cada fonte de recursos e categoria de contato (fornecimento de bens e prestação de serviços).

2.2. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente, em nome do FORNECEDOR, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

2.3. O FORNECEDOR deverá manter atualizada a conta corrente junto ao cadastro da ADMINISTRAÇÃO durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

2.4. A ADMINISTRAÇÃO reterá a quantia correspondente aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços, sempre que a legislação tributária assim determinar.

2.5. Será de integral responsabilidade do FORNECEDOR o pagamento dos tributos e contribuições que incidam ou venham a incidir sobre os fornecimentos e/ou serviços prestados e os valores recebidos.

2.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo o FORNECEDOR destacar no documento fiscal a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica, indicando a respectiva alíquota na forma do Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, de acordo com Decreto Municipal nº 044/2023, e se for o caso, a retenção para a Previdência Social e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, com destaque conforme a legislação vigente.

2.7. O FORNECEDOR regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

2.8. Para receber o pagamento, deverá:

- a) a nota fiscal/fatura, ser devidamente atestada por servidor da ADMINISTRAÇÃO e contendo o número do Empenho;
- b) o termo de liberação de pagamento emitido pela Secretaria competente.

2.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, o FORNECEDOR deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme legislação tributária em vigor.

2.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pelo FORNECEDOR para o e-mail a ser informado pela fiscalização.

2.11. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela próprio FORNECEDOR, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ mesmo aquele de filial ou da matriz.

2.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente identificado, na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do FORNECEDOR.

2.13. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação por parte do FORNECEDOR.

2.14. É vedado ao FORNECEDOR transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes desta licitação.

2.15. A critério da ADMINISTRAÇÃO, poderão ser descontadas, dos valores devidos, as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade do FORNECEDOR.

2.16. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao FORNECEDOR, será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhe são inerentes.

2.17. A não manutenção das condições de habilitação e qualificação, constatadas a qualquer tempo, poderá resultar na aplicação de sanções e na rescisão da Ata de Registro de Preços.

2.18. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto à manutenção das condições de habilitação, o FORNECEDOR será notificado para que regularize a situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

2.19. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ADMINISTRAÇÃO, a depender de justificativa apresentada pelo FORNECEDOR.

2.20. Persistindo a irregularidade, a ADMINISTRAÇÃO adotará as medidas necessárias à

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

rescisão da Ata de Registro de Preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao FORNECEDOR a ampla defesa.

2.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços, caso o FORNECEDOR não regularize sua situação.

2.22. Será rescindida a Ata de Registro de Preços em execução com o FORNECEDOR irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da ADMINISTRAÇÃO.

2.23. O FORNECEDOR não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio e/ou compensação no pagamento a que fizer jus, salvo quando for insuficiente o valor para compensar todo o débito.

2.24. Ocorrendo eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela ADMINISTRAÇÃO, o valor devido será corrigido monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e a ADMINISTRAÇÃO compensará o FORNECEDOR com juros de mora de 0,5% ao mês, pro rata die.

2.25. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

2.26. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

2.27. Para fins de pagamento, o FORNECEDOR, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, nº da agência e o nº da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, o FORNECEDOR.

3.28. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores que atendam as configurações do sistema de gestão desta ADMINISTRAÇÃO.

CLÁUSULA III – DAS SANÇÕES

3.1. O FORNECEDOR que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e prazos estabelecidos no instrumento, em contrato ou na legislação atinente à execução do objeto ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização do FORNECEDOR.

I – ADVERTÊNCIA ESCRITA em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

II – MULTA por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela ADMINISTRAÇÃO, seguindo, ainda a tabela de classificação de inconformidades integrante deste item, nos seguintes termos:

a) para inconformidade **LEVE**, será aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

a1) pela não entrega da documentação exigida para o certame, nos prazos previstos;

a2) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

b) para inconformidade **MODERADA**, será aplicada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:

b1) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado;

b2) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b3) pela subcontratação de serviços quando não permitidos.

c) para inconformidade **GRAVE**:

c1) será aplicada multa de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c2) será aplicada multa de 0,10% (dez décimos por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega do objeto, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos;

c3) será aplicada multa de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto, salvo quando causar grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente.

d) para inconformidade **GRAVÍSSIMA**:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

d1) será aplicada multa de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item/grupo, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto;

d2) será aplicada multa de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, a autorização de compra ou outro instrumento hábil, cancelado o registro de preços do fornecedor ou do item, e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

d3) Quando da reincidência em irregularidades será dobrada a multa correspondente à infração cometida conforme subitens anteriores, até o limite de 30% (trinta por cento).

III – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 3 (três) anos, bem como demais cominações legais, quando o FORNECEDOR:

- a) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- b) dar causa à inexecução total ou parcial do objeto;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à ADMINISTRAÇÃO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

IV – IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 6 (seis) anos, bem como demais cominações legais, quando o FORNECEDOR:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- b) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013;
- f) ocorrer em 1 (uma) infração enquadrada como gravíssima **ou** 2 (duas) infrações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

enquadradas como grave **ou** 3 (três) infrações enquadradas como moderada aplicáveis após regular Processo Administrativo **ou** 4 (quatro) infrações enquadradas como leve, **ou**, independente do grau, no caso da ocorrência de 5 (cinco) infrações.

V – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir a ADMINISTRAÇÃO pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

3.2. Será facultada ao FORNECEDOR, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Ata de Registro de Preços.

3.3. As multas e seu pagamento não eximirão o FORNECEDOR de ser acionado judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

3.4. Caso a multa não seja quitada em até 15 (quinze) dias contados da emissão da guia de recolhimento, estará sujeita à atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

CLÁUSULA IV – DOS CASOS OMISSOS

4.1. Os casos omissos serão decididos pela ADMINISTRAÇÃO, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA V – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à ADMINISTRAÇÃO divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527/2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724/2012.

CLÁUSULA VI – DAS VEDAÇÕES

6.1. É vedado ao FORNECEDOR:

I – caucionar ou utilizar esta Ata de Registro de Preços para qualquer operação financeira;

II – interromper o fornecimento e/ou execução sob alegação de inadimplemento por parte da ADMINISTRAÇÃO, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA VII – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

7.1. Todas as demais condições constam no Anexo I desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VIII – DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Sapucaia (MS), para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser resolvidos por conciliação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Coronel Sapucaia (MS), ____ de _____ de 2024.

Rudi Paetzld
Prefeito Municipal

FORNECEDOR

Testemunhas:

CPF:

CPF:

ANEXO I – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 – DOS REQUISITOS E MODELO DE EXECUÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO/EXECUÇÃO

1.1. Do prazo para execução dos serviços:

1.1.1. Os serviços deverão obredecer o projeto de execução dos serviços conforme descrito no termo de referencia.

1.1.2. Alguns serviços poderão ser solicitados em situação de emergencia ou urgencia devido a fatos imprevisíveis à Administração municipal.

1.1.3. A solicitação de execução dos serviços ou outro instrumento hábil será enviada ao FORNECEDOR via correio eletrônico (*e-mail*), contendo a indicação do item, quantidade, valor, local e prazo de entrega.

1.1.4. Como condição de fornecimento dos serviços, durante a vigência do contrato, o FORNECEDOR deverá manter as mesmas condições de habilitação.

1.1.5. O FORNECEDOR deverá, obrigatoriamente, executar a totalidade do objeto solicitado, sob pena de aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços.

1.1.6. Poderá ser emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato.

1.2. Do local da realização dos serviços:

1.2.1. O local a serem realizados os serviços serão indicados pela secretaria demandante, nos horário estabelecidos.

1.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.3.1. Constituem obrigações da **Contratada**, além das demais previstas no Contrato ou dele decorrentes:

- a) Entregar dos serviços, objeto desta licitação, no prazo proposto e em conformidade com as especificações e quantidades exigidas neste Termo de Referência;
- b) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela legislação;
- c) Assumir, com exclusividade, todos os encargos, impostos, taxas e fretes que forem devidos em decorrência do objeto desta licitação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, trânsito, e outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado;
- d) Assumir, como exclusivamente suas, as responsabilidades pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

- e) Apresentar, quando solicitado pelo Contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- f) Responder perante o Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto desta licitação;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos para o Contratante;
- h) Instruir o fornecimento do objeto do Contrato com as notas fiscais correspondentes, juntando cópia da ordem de serviço;
- i) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- j) Não transferir em hipótese alguma o instrumento contratual a terceiros;
- k) Se responsabilizar pela substituição, dos serviços que, porventura, forem entregues com qualquer incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.

1.4. Da substituição do objeto

1.4.1. O FORNECEDOR deverá corrigir ou refazer os serviços que não estejam de acordo com o especificado no descrição técnica do termo de referencia.

1.5. Da vigência da Ata de Registro de Preços

1.5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. Das especificações técnicas

1.6.1. As especificação técnicas encontram-se pormenorizadas na Clausula Primeira da Ata de Registro de Preços.

1.7. Das responsabilidades do FORNECEDOR

1.7.1. Fornecer e/ou executar fielmente o objeto registrado em conformidade com as disposições do ETP, do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, e, desta Ata de Registro de Preços, e de acordo com a proposta apresentada, verificando e atendendo aos seus critérios de qualidade.

2 – DO GESTOR E DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A gestão da Ata de Registro de Preços ficará a cargo de cada Secretaria Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Solicitante.

2.2. A fiscalização será realizada pelo servidor _____, sendo seu suplente o servidor _____

2.3. A gestão e a fiscalização do contrato deverá seguir o determinado no Decreto Municipal nº _____.

3 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.2. As quantidades máximas de serviços a serem executadas encontram-se na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços.

3.3. Conforme art. 82, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, consideramos a quantidade mínima de unidade de medida, a apresentação definida em cada item, para que possibilite que o item seja entregue em sua embalagem original.

4 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta de dotações próprias de cada secretaria requisitante.

5 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP

5.1. Da formalização da ARP e do Cadastro Reserva

5.1.1. O Registro de Preços será formalizado com os FORNECEDORES por meio da Ata de Registro de Preços, documento vinculativo e obrigacional, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1.1. Da Ata de Registro de Preços constará o objeto, os quantitativos, os preços, o fornecedor, os Órgãos Participantes e as condições a serem praticadas, conforme definido nesta Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Os demais FORNECEDORES poderão reduzir seus preços iguais ao valor da proposta do FORNECEDOR, para fins de formação do Cadastro Reserva.

5.1.2.1. Os registros dos FORNECEDORES que mantiverem sua proposta original e os de formação do Cadastro Reserva, se for o caso, serão juntados aos autos do processo.

5.1.2.2. A convocação dos FORNECEDORES que compõem o Cadastro Reserva será facultada à ADMINISTRAÇÃO quando o FORNECEDOR não assinar a Ata de Registro de Preços ou quando houver o cancelamento do registro do FORNECEDOR ou do registro de preços nas situações mencionadas nos subitens 5.5 e 5.6.

5.1.2.3. A ordem de classificação dos FORNECEDORES registradas em Cadastro Reserva será respeitada conforme o definido no final da sessão de lances,

5.1.2.3.1. Para fins da ordem de classificação, os FORNECEDORES que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do FORNECEDOR antecederão aqueles que

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

optarem por manter sua proposta original.

5.1.2.3.2. Os FORNECEDORES que aceitarem fazer o preço da primeira colocada, serão chamadas conforme a classificação definida no final da sessão pública.

5.1.2.4. A análise dos documentos de habilitação dos FORNECEDORES que comporão o Cadastro Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de licitante remanescente conforme hipóteses mencionadas no subitem 5.1.2.2.

5.1.2.5. Na hipótese de inexistir Cadastro Reserva que aceite a contratação no valor da proposta vencedora, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista nesta Ata de Registro de Preços, a ADMINISTRAÇÃO poderá:

a) convocar os FORNECEDORES remanescentes para negociação, observada a ordem de classificação, com vistas a obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço adjudicado; **ou**

b) adjudicar e firmar contrato nas condições ofertadas pelos FORNECEDORES remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.1.3. Os FORNECEDORES que tenham seus preços registrados obrigam-se a cumprir as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela ADMINISTRAÇÃO, de acordo com as quantidades registradas, sujeitas às penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

5.1.4. Os preços registrados com indicação dos FORNECEDORES serão divulgados no sítio eletrônico oficial da ADMINISTRAÇÃO e ficarão disponíveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento e/ou execução nas condições estabelecidas, mas não obriga a ADMINISTRAÇÃO a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

5.1.6. O Órgão Participante do registro de preços deverá, quando da necessidade de contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do FORNECEDOR e respectivo preço a ser praticado.

5.1.7. O quantitativo previsto para os itens com preço registrado na Ata de Registro de Preços poderá ser remanejado pelo Órgão Gerenciador entre órgãos participantes do registro de preços.

5.1.8. Será vedada a participação de Órgãos em mais de uma Ata de Registro de Preços, com o mesmo objeto, no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto nesta Ata de Registro de Preços.

5.2. Das condições e do prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços

5.2.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os FORNECEDORES para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverão firmar a contratação no prazo instituído no subitem 5.2.2, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2.2. Os FORNECEDORES terão o prazo de até **5 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata**, contados da data de convocação feita, por escrito, pelo Órgão Gerenciador.

5.2.2.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada, apresentada pelo FORNECEDOR dentro do prazo e aceite da ADMINISTRAÇÃO

5.2.3. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas

5.2.4. A assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser realizada conforme o determinado a Lei de Contratos Públicos.

5.3. Da negociação dos preços registrados

5.3.1. Na hipótese do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado

5.3.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3.3. Na hipótese prevista no subitem 5.3.2, o Órgão Gerenciador convocará os FORNECEDORES do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 5.5.4.

5.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 5.6, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

5.3.5. Na hipótese do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não puder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.3.6. Para fins do disposto no subitem 5.3.5, o FORNECEDOR encaminhará solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, da seguinte forma:

a) a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços;

b) junto com a solicitação, o FORNECEDOR deverá apresentar os custos comparativos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

5.3.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo Órgão Gerenciador e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no subitem 5.5, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços, na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

5.3.8. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do disposto no subitem 5.3.7, o Órgão Gerenciador convocará os FORNECEDORES do Cadastro Reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos subitens 5.1.2.2 e 5.1.2.4.

5.3.9. Se não obtiver êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto no subitem 5.6 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.3.10. Na hipótese de comprovação do disposto nos subitens 5.3.6 e 5.3.7, o Órgão Gerenciador atualizará o preço registrado.

5.4. Da alteração ou atualização dos preços registrados

5.4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; **ou**

c) conforme condições de reequilíbrio de preços referidos nesta Ata de Registro de Preços.

5.5. Do cancelamento do registro do FORNECEDOR

5.5.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado pelo Órgão Gerenciador quando o FORNECEDOR:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido sem justificativa razoável;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no subitem 5.3.8; **ou**

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5.2. Na hipótese prevista na alínea 'd' do subitem 5.5.1, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, optar pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

5.5.3. O cancelamento do registro de preços será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.5.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o Órgão Gerenciador poderá convocar os FORNECEDORES que compõem o Cadastro Reserva, observada a ordem de classificação.

5.6. Do cancelamento dos preços registrados

5.6.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão Gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; **ou**

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 5.3.4 e 5.3.10.

6 – DA SUBCONTRATAÇÃO E DO CONSÓRCIO

6.1. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto registrado.

6.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio para o objeto registrado, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

7 – DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Para o acompanhamento, fiscalização e recebimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, a ADMINISTRAÇÃO designa servidor nomeado por Portaria, que fará o recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, da seguinte forma:

a) **provisoriamente**, em até 5 (cinco) dias consecutivos a contar da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) **definitivamente**, com a emissão do respectivo termo de recebimento, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contados após o recebimento provisório.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

b.1) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.2. A fiscalização deverá seguir as normas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e no ETP.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do FORNECEDOR pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

7.4. Todo e qualquer fornecimento e/ou prestação dos serviços, fora do estabelecido nesta Ata de Registro de Preços será, imediatamente, notificado o FORNECEDOR, que ficará obrigado a adequá-lo no prazo estipulado pelo Fiscal, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais adequações, sujeitando-se, também, às sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços.

8 – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA ADMINISTRAÇÃO:

a) receber, fiscalizar, orientar, contestar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto registrado;

b) receber o objeto e lavrar termo de recebimento provisório. Se o objeto registrado não estiver de acordo com as especificações da ADMINISTRAÇÃO, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o registrado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

c) comunicar ao FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

d) efetuar o pagamento ao FORNECEDOR no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;

e) a ADMINISTRAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. DO FORNECEDOR:

a) cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;

b) proceder à entrega do objeto no prazo e local fixados, acompanhado da respectiva nota fiscal mensal com o relatório de serviços atestado pelo Fiscal de Contrato;

c) considerar os preços propostos completos e suficientes para o fornecimento e/ou

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

prestação dos serviços, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido ao erro ou à má interpretação de parte do FORNECEDOR;

d) arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto desta contratação;

e) entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata de Registro de Preços;

f) indenizar terceiros e à ADMINISTRAÇÃO os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante o registro, em conformidade com o artigo 120, da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto;

h) cumprir fielmente a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

i) substituir o objeto (avariado ou em desacordo) no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela ADMINISTRAÇÃO;

j) prestar informações sobre a utilização do objeto;

k) manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

l) responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

m) informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

9 – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. O FORNECEDOR fica obrigada a:

a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) cumprir com o estabelecido pela ADMINISTRAÇÃO para o tratamento de dados e dentro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto;

c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;

d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;

e) notificar a ADMINISTRAÇÃO em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

f) fornecer informações úteis à ADMINISTRAÇÃO sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;

g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. _____/2024.

INSTRUMENTO CONTRATUAL QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
CORONEL SAPUCAIA/MS E A
EMPRESA

_____.

I – CONTRATANTES: O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, com sede na Av. Abílio Espíndola Sobrinho, nº 570, Jardim Seriema, inscrita no CNPJ sob o nº 01.988.914/0001-75, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede a Rua/Av _____, nº. _____, Bairro _____, no Município de _____ (____), aqui denominada **CONTRATADA**.

II – REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** O Prefeito Municipal, Sr. _____, brasileiro, divorciado, empresário, portadora da cédula de identidade RG nº. _____ SSP/___ e inscrito no CPF nº. _____, residente e domiciliada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Município de Coronel Sapucaia/MS e a **CONTRATADA** pelo (a) Sr. (a) _____, _____, residente e domiciliado à Rua: _____, cidade de _____, Estado de _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF sob o nº _____, ajustam o presente termo.

III - DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, exarada em despacho constante no Pregão Presencial nº. 012/2024, gerado pelo Processo nº. 082/2024, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições, nele contidos, pela Lei Federal nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE VIAS PÚBLICAS, ROÇADA, PODAS EM ARVORES E PINTURA DE MEIO FIOS NO AMBITO URBANO NO MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, conforme exigências constantes no **Termo de Referência** e **Proposta de Preços**, partes integrantes e inseparáveis deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, conforme segue:

ANEXO	LOTE	ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

- w) Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- x) Não transferir em hipótese alguma o instrumento contratual a terceiros;
- y) Se responsabilizar pela substituição, troca ou reposição dos itens se, porventura, forem entregues com incompatibilidade com as especificações deste Contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias;
- z) Comunicar por escrito ao fiscal do contrato, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário

2.2. Constituem obrigações do Contratante:

- h) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- i) Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;
- j) Proporcionar condições para a boa consecução do objeto desta licitação;
- k) Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- l) Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- m) Fiscalizar o presente Contrato através do órgão ou funcionário competente;
- n) Acompanhar a execução dos serviços prestados pela Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão da entrega.

3. CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO DO OBJETO

3.1. Os serviços deverão atender todas as exigências contidas no Termo de Referência de acordo com as solicitações realizadas pela Prefeitura Municipal ou setor de compras responsável, devendo atender todas especificações.

3.2. **Os Serviços objeto desta Licitação, deverão ser realizados nos respectivos locais indicados pela Administração Municipal, em horário de expediente, e dentro do prazo máximo estipulado no Termo de Referência, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura deste município.**

3.3. As requisições serão em formulário padrão da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

3.4. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor global do fornecimento contratado é de R\$_____ (- _____).

4.2. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

4.3. A Contratada deverá aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo, nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites ali permitidos, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações.

4.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da entrega da respectiva Nota Fiscal e com o aceite dos Setores Competentes deste Município de Coronel Sapucaia/MS, através de seus titulares.

4.4.1. Dentro do referido prazo para o pagamento da NF-e englobam-se as etapas de liquidação e pagamento conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022, tendo como prazo de até 10 (dez) dias úteis para a etapa de liquidação e mais 10 (dez) dias úteis para o pagamento, totalizando um prazo total aproximado de 30 (trinta) dias.

4.5. Juntamente com cada Nota Fiscal, deverão ser apresentadas as certidões negativas de débitos perante a Receita Federal, Estadual e Municipal, além da certidão negativa de débitos perante a Justiça Trabalhista e o FGTS.

4.6. Caso a Contratada não cumpra as condições estabelecidas no subitem anterior, a nota fiscal será passível de devolução, obrigando-se a mesma, a emitir nova(s) nota(s), que somente será(ão) recebida(as) pelo Contratante com a anexação das certidões válidas.

4.7. As Notas Fiscais e/ou Faturas correspondentes serão discriminativas, constando o número do processo, da modalidade da licitação, da ata de registro de preços e do contrato ou nota de empenho.

4.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal e/ou Faturas, o Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal e/ou Fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

4.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

4.10. O Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada.

4.11. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

5.1. Os preços deverão ser expressos em reais e de conformidade com subitem 6.1.4 do Edital.

5.1.1. No caso de solicitação do equilíbrio econômico-financeiro, quanto a possíveis aumentos, a contratada deverá solicitar formalmente a Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS, devidamente acompanhada das NOTAS FISCAIS CORRESPONDENTES que comprovem a procedência do pedido, sendo que o mesmo será encaminhado à procuradoria jurídica do Município para o devido parecer.

5.1.2. Caso haja redução nos preços licitados, a Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia/MS, solicitará formalmente a Contratada a redução dos valores pactuados, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência da redução.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

6.1. O prazo de vigência deste contrato será por 12 meses, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei Federal nº. 14.133/21.

6.2. A circunstancia de não serem requisitados todos os serviços licitados até o término do contrato, não obriga o Município de Coronel Sapucaia/MS a retirá-los e nem gera direito ao contratado sobre os serviços não requisitados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, prevista para o orçamento municipal de 2024:

1 -----
01 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
01.05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
04.122.0002.2-006 -----
3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE: 1.500.0000-000 / FICHA: 000
R\$ _____ (_____)

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO:

8.1. Cabe a Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de cumprimento do presente contrato e a Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

8.2. Nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, caberá ao representante da Prefeitura Municipal de Coronel Sapucaia /MS, nomear o servidor que exercerá a função de fiscal do contrato, que deverá proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do ajuste, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou das impropriedades observadas.

9. CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

9.1. A Administração e os atos de controle do Contrato decorrente da presente licitação, serão do Setor de Compras do Município de Coronel Sapucaia/MS.

9.2. A Administração nomeia como Fiscal de Contratos o (s) funcionário (s) das respectivas Secretarias demandantes, conforme indicado na Portaria nº 053/2024 anexa a este Termo Contratual, cabendo a ele(s) toda a Fiscalização para o fiel cumprimento de todos os atos previstos neste Documento por parte da(s) empresa(s) vencedora(s) do Certame.

9.3. Fica como responsabilidade do FISCAL, acionar tanto o Departamento de Licitação, como o Assessor Jurídico sob qualquer descumprimento das regras do Contrato por parte das empresas, sendo que todos os comunicados deverão ser feitos por escrito.

9.4. O FISCAL do Contrato deverá ser comunicado, bem como possuir cópia de todos os pedidos realizados pelo Departamento de Compras para possuir conhecimento de todos os Atos praticados.

9.5. A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

9.6. As demais secretarias anuem na designação da Secretária Municipal de Administração e Gestão para desempenhar a função de Gestora do presente instrumento, sendo esta responsável por tomar as medidas necessárias ao fiel cumprimento da avença administrativa, do reequilíbrio econômico-financeiro, incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimentos, de eventuais prorrogações, bem como quaisquer alterações que se fizerem necessários durante a vigência do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1. O descumprimento do disposto no contrato ou cometimento das faltas disposta no artigo 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, implica na aplicação das sanções previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

- a) **Notificação de Advertência** dispondo sobre o descumprimento do contrato com prazo de 3 (três) dias para manifestação e 5 (cinco) dias para regularização em cada fato ocorrido, conforme inciso I, do artigo 156.
- b) **Aplicação da multa de até 10% do valor global do contrato** em caso de descumprimento de regras do Edital e do futuro contrato, conforme inciso II, do artigo 156.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

- c) Aplicação de multa em dobro no caso da alínea “b”, inciso II, do artigo 156 e rescisão automática do contrato;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 03 (três) anos – inciso III, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.
- f) Caracterizado o atraso na assinatura do contrato, na disponibilização da garantia, na comprovação de vínculo de empregados, na nomeação do preposto, inclusive quando substituídos, na apresentação da matrícula junto ao INSS ou no cumprimento do cronograma, fica estipulada cláusula penal no valor de 0,5% (zero virgula cinco) por dia de atraso, calculado sobre o valor total da respectiva obra objeto do contrato, limitado a 30%.
- g) Caracterizado descumprimento do cronograma, fica estipulada cláusula penal no valor de 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor total da respectiva solicitação.

§ 1º No caso da alínea “a”, caso aceitas as justificativas, tornar-se-á sem efeito a Advertência, comunicando a decisão por escrito para a contratada.

§ 2º O Município poderá exigir indenização suplementar, caso o descumprimento das obrigações da contratada cause prejuízos que excedam ao valor da multa ora prevista.

§ 3º A sanção de que trata a alínea “b”, “f” e “g” não poderá ser aplicada sem que seja garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º As sanções das alíneas “c”, “d” e “e” não poderão ser aplicadas sem que seja aberto processo de responsabilização, garantido o exercício de prévia e ampla defesa pelo prazo de 15 (quinze) dias uteis, artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 5º A aplicação das sanções deverá ser precedida de análise jurídica e somente pelo Prefeito Municipal, conforme § 6º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 6º A sequência do rol previsto nas alíneas do subitem 1, não é obrigatório, podendo ser aplicada a sanção mais severa em conformidade com a falha cometida pelo CONTRATADO.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 11.1 O Contrato conclusão através do presente processo licitatório poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL SAPUCAIA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

- 11.2 A extinção poderá ocorrer na forma definidas no artigo 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, observando a obrigatoriedade de conclusão de termo quando esta ocorrer de forma unilateral ou consensual
- 11.3 Havendo a extinção por culpa exclusiva da CONTRATANTE, esta deverá ressarcir o CONTRATADO de eventuais prejuízos devidamente comprovados, além de prover o pagamento dos serviços executados até a data da extinção
- 11.4 Ocorrendo a rescisão por ato unilateral da CONTRANTE, além das sanções previstas no contrato e em lei, poderá acarretar as consequências previstas no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/2021

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Dentro do prazo legal, contado de sua assinatura, a CONTRATANTE providenciará a publicação dos extratos contendo as informações do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Sapucaia (MS), para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Rudi Paetzold
PREFEITO MUNICIPAL
(CONTRATANTE)

Representante Legal
RAZÃO SOCIAL
(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF: